

Educação 2.0

FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

Como a Internet pode revolucionar o ensino

A consolidação da rede mundial de computadores como ferramenta de pesquisa nas escolas e universidades gera transtornos que estimulam a adoção de medidas restritivas. Na contramão de receios e ceticismos, especialistas veem na tecnologia uma possibilidade de mudança na relação entre aluno e professor. E para melhor.

Página
Central

HISTÓRIA

Trajetórias do movimento operário

Especialistas avaliam as conquistas sociais obtidas pelos movimentos operários do Uruguai e do Sul do Brasil, identificando semelhanças e diferenças. Para o sociólogo Fernando Cotanda, o sindicalismo precisa de novas pautas. **P10**

POLÍTICA EDUCACIONAL

Professores da UFRGS discutem documento referência da Conae

Até novembro deste ano, os estados e municípios brasileiros deverão ter discutido e eleito seus representantes para participarem da Conferência Nacional de Educação (Conae), que ocorrerá de 23 a 27 de abril de 2010, em Brasília. A Faculdade de Educação da UFRGS

realizou de 4 a 7 de maio um ciclo de debates para encaminhar sugestões aos encontros preparatórios, reunindo professores, estudantes e convidados. Textos e sugestões de encaminhamentos para a Conae estão na página www.ufrgs.br/faced. **P5**

ARTES

Eventos colocam o acesso universal à cultura em debate

A consulta pública sobre as mudanças na Lei Rouanet, o Congresso Economia, Cultura e Sociedade e uma exposição internacional de caráter educativo, cujo preço dos ingressos acabou afastando parte do público, reacenderam a discussão sobre as políticas de manutenção de acesso gratuito aos bens cul-

turais. Enquanto especialistas defendem que a apropriação da gestão da Cultura pelo setor público não é a melhor estratégia, a política em relação à cobrança de ingresso nos museus do estado e principalmente da capital é bem definida e prioriza a entrada gratuita. **P12 e 13**

SALÕES

Graduação e EAD são pautadas pelo Reuni

Um Salão de Ensino é para onde devem migrar os atuais eventos que apresentam os trabalhos da Graduação e da Educação a Distância da UFRGS, na opinião de Sérgio Kieling Franco, secretário de Educação a Distância. Além de compartilhar as experiências de ensino-aprendizagem, esse tipo de atividade tem o objetivo de aproximar a instituição de seu público-alvo, o estudante. Cháris Telles Martins da Rocha, monitora voluntária de Psicopatologia, que trabalhou nas palestras e relatos, destacou a mesa-redonda sobre estágios, uma vez que é representante discente da Comissão de Graduação da Psicologia: "São coisas que estão acontecendo na Universidade e às vezes a gente não fica sabendo. Acho que o Salão é bom pra isso". **P7**

MEMÓRIA

Raridades da história do esporte na ESEF

Criado há 13 anos, o Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física da UFRGS preserva e divulga a história da dança, do lazer, da educação física e do esporte. O acervo do Centro, considerado referência no país, possui raridades, como a primeira medalha conquistada pelo Brasil em Jogos Olímpicos e livros de ginástica publicados no século XIX. Um dos destaques é o acervo de Lazer e Recreação Pública, doado pela família de Frederico Gaelzer. Pioneiro na institucionalização do lazer público na cidade de Porto Alegre, Gaelzer criou as primeiras praças da capital e os primeiros campeonatos esportivos. **P6**

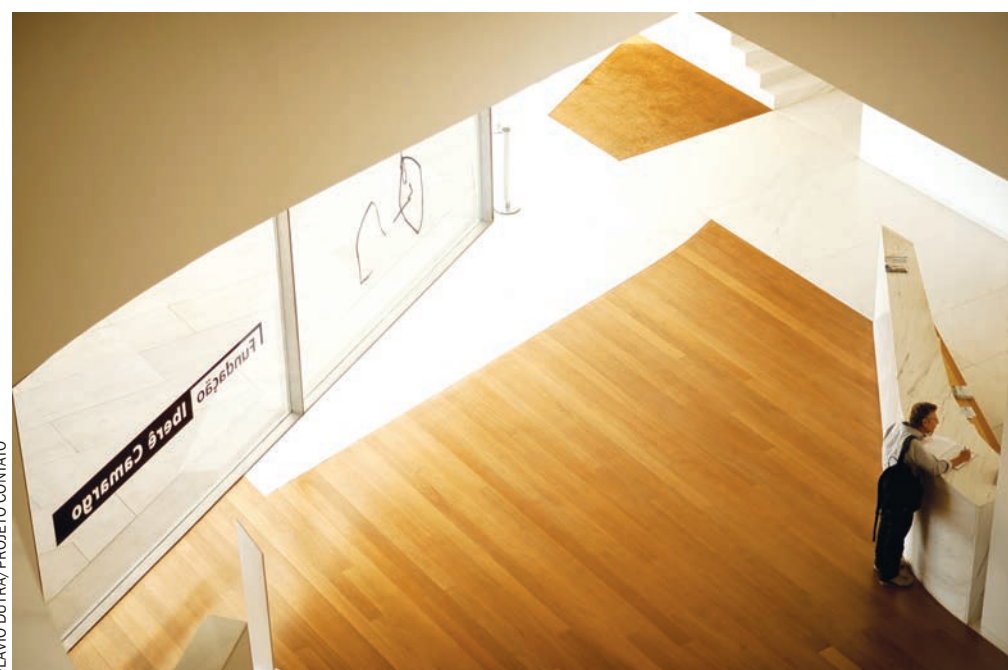
PESQUISA

Estudo pioneiro do HCPA investiga uso de ecstasy

O Centro de Pesquisas em Álcool e Drogas (CPAD) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre está desenvolvendo um estudo sobre as relações entre o uso do MDMA, mais conhecido como *ecstasy*, e as festas de música eletrônica. A pesquisa deverá entrevistar 200 usuários, com idade entre 18 e 39 anos. Na opinião do psiquiatra Flávio Pechansky, diretor do CPAD, os danos causados pelo uso da droga não podem ser medidos a curto prazo. Para ele, o maior perigo estaria na liberação proporcionada, como o sexo casual sem proteção e a interação com álcool e outras drogas. **P11**



VAUGHAN JAMES/WWW.SXC.HU



FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

DEBATES

Professores analisam políticas de ensino e o desenvolvimento da educação a distância

Página 4



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

O Desafio de Ensinar a Aprender

Formar as futuras gerações, gerar conhecimento e inovação, e contribuir para o aperfeiçoamento da sociedade constituem a missão da instituição universitária. O atual contexto de expansão do ensino superior, no qual o acesso ao conhecimento é quase ilimitado pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, traz novos desafios para que tão nobre missão seja plenamente atingida.

Educar é um processo; ensinar e aprender são fenômenos interdependentes. Com a vertiginosa velocidade do avanço do conhecimento, não é raro questionar-se acerca do papel do professor neste processo em que a navegação pela rede mundial traz a informação após poucos minutos de consulta. Contudo, informação não é conhecimento e torna-se necessário desenvolver a estratégia de construir conhecimento a partir das peças de informação, bem como a capacidade de ler a realidade e de filtrar a informação relevante. Talvez este seja, hoje, um dos maiores desafios do professor universitário: ensinar os estudantes a aprender. Dotá-los de

habilidades e constructos mentais que os tornarão competentes e vorazes aprendizes para toda a vida.

Ensinar a aprender não é trivial, pois exige, além do conhecimento da área, desprendimento, postura e sabedoria para entender e colocar-se na posição do outro. Ensinar a aprender é dotar o indivíduo de capacidade de generalização, de síntese e de articulação de conhecimentos e saberes. É construir, na relação professor-estudante, aquilo que antes imaginávamos que aconteceria, espontaneamente, na mente dos estudantes após a longa, e por vezes penosa, acumulação dos conteúdos da grade curricular.

Igualmente, há de se compreender que é cada vez mais importante oferecer distintas oportunidades de aprendizado e assumir que a sala de aula tradicional é apenas uma delas. Os laboratórios de pesquisa, as atividades de extensão, os estágios e as ações realizadas diretamente na sociedade e nos campos de trabalho têm enorme valor e potencialidade. As atividades em educação a distância, além de instrumentais, favorecem inovação e

aperfeiçoamento pedagógicos aliados ao estabelecimento de redes de aprendizado e de significativo ganho em escala.

A nova visão sistêmica da educação traz outro desafio e novas responsabilidades. A formação de um número crescente de bons professores para o ensino fundamental e médio, a formação continuada e a qualificação dos profissionais em exercício, e a produção de conhecimento e pesquisas sobre a educação básica passam a assumir especial importância. A melhoria da qualidade da educação – requisito para cidadania e desenvolvimento – passa pela formação destes profissionais.

Ao realizar o 4.º Salão de Graduação e 5.º Salão de Educação a Distância, a Universidade refletiu sobre estes e outros temas da ordem do dia do fazer da graduação. O ensino é a atividade primordial da universidade, aquela com a qual toda comunidade acadêmica se envolve por inteiro. Razão de ser da instituição e elemento que define a qualidade acadêmica da UFRGS em seus 75 anos de existência.

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de
Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Artur Lopes, Daltro José Nunes, Dirce
Maria Antunes Suerfegary, Edson Luiz
Lindner, Fernando Cotanda, Maria
Henriqueta Luce Kruse, Rudimar
Baldissera, Sandra de Deus, Sérgio Marley
Modesto Monteiro

Editora-chefe
Ania Chala
Repórteres
Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira
Projeto gráfico
Juliano Bruni Pereira
Diagramação
Aluísio Pinheiro
Fotografia
Catinho Andrade e Flávio Dutra
Revisão
Antônio Falchetta
Colaboraram nesta edição
Demétrio Pereira, Jaqueline Crestani, Leila
Ghiorzi, Luciane Costa e Pedro Capra
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotótipos e impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

Os textos assinados são de inteira
responsabilidade de seus autores

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Trânsito no Vale

Sugiro uma reportagem sobre o trânsito no Câmpus do Vale. Quase ninguém (professores, alunos e funcionários) respeita o limite de velocidade no anel viário (40 km/h) ou nas vias internas (20 km/h). Muito menos os motoristas de ônibus e lotações!!! As placas de *proibido estacionar* são enfeites em vários pontos do Câmpus. Espero que não tenhamos de lamentar algum acidente para, somente então, nos preocuparmos com o assunto.

Oscar Sobarzo, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências

Prevenção primária e ética na pesquisa

Encaminho sugestão de dois temas para reportagem no JU. Primeiro: a ratificação da substituição do exame *Papanicolau* pela Prevenção Primária (proteção específica contra o HPV), que, em países desenvolvidos e bem organizados em termos de saúde pública, já reduziu a incidência e a prevalência do câncer de colo de útero. Segundo: uma discussão sobre a ética e os pesquisadores, e a demora de reconhecimento dos méritos. Poderiam ser feitas entrevistas com o pessoal da Filosofia e com nossos eticistas do Hospital de Clínicas.

Elis D'Arrigo Busnello, Professor do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina

Mudança de endereço

Os servidores que desejarem ter seus endereços alterados para recebimento de correspondências da UFRGS, como o Jornal da Universidade e o contrache, devem dirigir-se à Divisão de Cadastro e Registro da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Av. Paulo Gama, 110 - 4.º andar). Mais informações pelo telefone 3308-3045.

Memória da UFRGS

ACERVO MUSEU DA UFRGS



Década de
1940

Aula de pintura ao ar livre com o professor
Libindo Ferraz, do Instituto de Artes.

Artigo

A valorização do diploma em regência coral

Repensar a atividade profissional do regente coral no Rio Grande do Sul, e por que não no Brasil, já é uma necessidade. Não há regulamentação de concorrência quanto ao mercado de trabalho ou organização de classe que possa orientar e fiscalizar a função, mesmo quando se trate de instituições de ensino ou de entidades subsidiadas com verbas públicas, nas quais seria razoável que o profissional contratado possuísse ao menos um curso superior em regência coral – curso em que a UFRGS é referência em âmbito nacional. Os egressos do Bacharelado em Música com habilitação em Regência Coral da Universidade enfrentam dificuldade de se estabelecer profissionalmente, tanto pela concorrência livre com os regentes sem formação quanto pela baixa remuneração praticada por falta de uma orien-

tação de classe.

Outras profissões, como as da área da Medicina ou do Direito, por exemplo, já trilharam esse longo caminho da regulamentação de classe e hoje estão entre as atividades mais organizadas com relação à remuneração e à concorrência ao emprego. Nesses casos, sem um diploma ou uma prova de ordem regulamentada, torna-se ilegal exercer a profissão, e isso garante a devida valorização do estudo acadêmico. Esse processo toma dimensões completamente diferentes na Ordem dos Músicos do Brasil – órgão voltado mais para não diplomados em universidades do que para bacharéis ou licenciados em Música. Não encontrando na OMB a solução para esses problemas, a alternativa é discutir a implementação de um órgão específico, seja associação, ordem

ou sindicato.

O diploma universitário é documento desnecessário em grande parte das contratações. No momento em que a música volta às escolas, procura-se melhor qualificação no ensino superior, e também no momento em que precisamos de transparência e justificativas de gastos públicos é sensato que se discuta a profissão do regente e se valorize o estudo acadêmico com uma legislação adequada e cuidadosa em seus detalhes.

De uma forma prática, em primeira instância, seria necessário somente regulamentar os empregos mantidos com dinheiro público e também os postos de cunho educacional, pela obviedade dos motivos. Como consequência desse ainda "hipotético" processo, haverá grande incentivo aos que já atuam na profissão e

que ainda não tenham um estudo específico e acadêmico, para que voltem ou comecem a estudar para qualificar ainda mais suas capacidades e conhecimentos. Como referido, há espaço para todos e é possível, numa mesma classe trabalhadora, atuarem amadores e profissionais, graduados e não graduados, basta se estabelecerem as diretrizes. De qualquer modo, quer-se garantir uma valorização do estudo acadêmico, por pequena que seja, em recompensa aos investimentos feitos pelos alunos, pelos professores e pelo governo federal.

Marcio Buzatto

Bacharel em Regência pela UFRGS e coordenador do Departamento de Regentes FECORS

Ano da França no Brasil Congresso de Direito reúne mais de 700 brasileiros e franceses



FOTOS: CAIO NHO ANDRADE/JU

Durante a última semana de maio, magistrados, professores e estudantes estiveram reunidos em Porto Alegre para participar do congresso Direito Francês e Brasileiro: perspectivas nacionais e comparadas. O encontro foi uma copromoção da UFRGS, de universidades francesas e do governo estadual, e fez parte das comemorações do ano da França no Brasil. Integraram a mesa de abertura os ministros Tarso Genro, do Ministério da Justiça, e Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal.

Joaquim Barbosa discorreu sobre o tema O interesse do Direito francês para o Direito brasileiro, destacando a vitalidade da ideia do direito administrativo francês que resultou em “rastros e pegadas” no direito brasileiro. Entre as aproximações, o ministro citou as noções de moralidade administrativa, obrigatoriedade de prestação de contas, mandato de segurança e responsabilidade civil do Estado.

Indagado a respeito da importância do Direito Comparado em um país com as dimensões do Brasil, comentou: “Para mim trata-se de fornecer a chance de penetrar em um universo novo, o que é fascinante. Deparar-se com o desconhecido promove a abertura mental para todo aquele que busca aprender mais. No caso do Direito, nos dá a certeza daquilo que deve ser evitado”.

O professor emérito na Université Paris/Panthéon-Sorbone, Michel Fromont, fez palestra sobre o direito francês em relação ao direito na Europa e nas Américas. Ao se referir ao direito

brasileiro, aconselhou: “Não sejam futuristas demais e vivam junto ao seu tempo, e não caminhem tão à frente dele”. O comentário referiu-se ao caráter mais pragmático e menos subjetivo que caracteriza o direito em seu país.

Lançamento - Durante o Congresso foi lançada a obra Introdução ao Direito Francês, coordenada por Thales Moraes da Costa, membro da comissão científica do evento juntamente com Bibiana Graeff Chagas Pinto (UFRGS/IDCBF), Gustavo Vieira da Costa Cerqueira (Université Strasbourg/USP), Marie-Anne Frison-Roche (SciencesPo), Michel Fromont (Université Panthéon-Sorbone) e Tanisia Martini Vilarino (Université Panthéon-Sorbone).

A publicação permitirá ao público brasileiro ultrapassar as barreiras culturais e ter acesso a um dos principais sistemas jurídicos ocidentais. O livro foi preparado por pesquisadores com dupla formação, brasileira e francesa, e chancelado pelo Ano da França no Brasil. Segundo Thales Costa, o grupo de autores do livro espera que esta experiência inspire futuras pesquisas no direito comparado. “Se pesquisadores que se encontram em outros países pudessem ter a mesma atitude que a nossa, seria extremamente enriquecedor para a literatura jurídica brasileira, pois permitiria que mesmo aqueles que não conhecem a língua estrangeira pudessem conhecer diferentes sistemas jurídicos e utilizá-los para o crescimento de todos.”

Saúde Inaugurado instituto de pesquisa

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) inaugurou, em 14 de maio, um instituto implantado com verbas conquistadas por professores da UFRGS em recente edital de financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Saúde. O Instituto para Avaliação de Tecnologia em Saúde (IATS), coordenado pelos professores Flavio Fuchs e Carisi Anne Polanczyk, será um polo nacional para prestação de serviços de avaliação de tecnologias para o Sistema de Saúde brasileiro. Também irá participar de uma rede de apoio à gestão do Ministério da Saúde e das secretarias Estadual e Municipal de Saúde. Outra faceta das atividades do Instituto será voltada ao ensino, com cursos de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Além do Hospital de Clínicas e da UFRGS, o IATS conta com o envolvi-

Novo prédio funciona no Câmpus Saúde



mento de pesquisadores da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Goiás, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Pernambuco, Universidade Federal de São Paulo e Hospital do Coração. O IATS abriga 33 diferentes projetos de pesquisa em

áreas como: doenças cardiovasculares, hipertensão arterial, síndrome da apnéia do sono, atendimento imediato em infarto agudo do miocárdio, diabetes, diabetes na gestação, hepatites virais em portadores de HIV/AIDS, hepatite C, fibrose hepática, vacinação contra hepatite A, vacina HPV, análises econômicas em saúde, revisão dos esquemas de vacinação utilizados, prevenção em saúde e política de medicamentos.

Prêmio Luís Alberto dos Santos premiado em Cuba

O coordenador do Laboratório de Biomateriais da Escola de Engenharia, professor Luís Alberto dos Santos, é um dos pesquisadores participantes do projeto de pesquisa “Cimentos de fosfato de cálcio para regeneração óssea”, premiado pela Academia de Ciências de Cuba. O trabalho desenvolvido em conjunto pela Universidade de Havana, pela Universidade da Catalunha e pela UFRGS, trata da utilização de cimentos ósseos de fosfato de cálcio (COFC) para substituir partes danificadas nos tecidos ósseos humanos de forma eficaz e pouco invasiva.

Academia Brasileira de Ciências Empossados professores da UFRGS

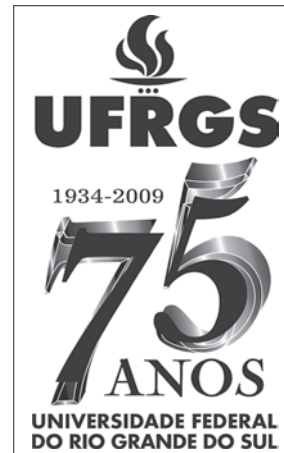
Em 5 de maio, os professores da UFRGS Eduardo Luiz Damiani Bica, das Ciências Físicas; Célia Regina Ribeiro da Silva Carlini, das Ciências Biológicas; e Maria Inês Schmidt, das Ciências da Saúde; foram empossados como novos membros da Academia Brasileira de Ciências (ABC). A entidade é independente, não governamental e sem fins lucrativos, tendo como objetivo principal promover a qualidade científica e o avanço da ciência brasileira.

Fomento Propesq oferece apoio à qualificação técnica

A nova modalidade de fomento oferecida pela Pró-reitoria de Pesquisa contempla a participação de servidores técnico-administrativos da UFRGS em cursos e visitas técnicas de curta duração, que proporcionem qualificação em suas atividades na área da pesquisa. Serão financiadas diárias e passagens nacionais, limitadas a um apoio por ano. Mais informações no site www.propesq.ufrgs.br ou pelos telefones 3308-4178 e 3308-3766.

Comemoração Universidade lança marca dos 75 anos

Foi lançado no dia 3 deste mês o logotipo alusivo aos 75 anos da UFRGS. Criada pela designer gráfica Rosâne Vieira, da Secretaria de Comunicação Social, a marca é a primeira de uma série de iniciativas em comemoração ao aniversário da Universidade.



Reconhecimento Professor Hennemann recebe comenda da França

O ex-reitor José Carlos Ferraz Hennemann recebeu, no dia 26 de maio, a comenda Palma Acadêmica, mais alta condecoração conferida pelo Ministério da Educação francês a aqueles docentes que se destacam no âmbito acadêmico. A comenda foi entregue pelo cônsul geral da França em São Paulo, Jean-Marc Gravier, que lembrou a atuação do então reitor no estreitamento das relações entre os dois países, e como acadêmico de “percurso completo”, por sua trajetória como educador, pesquisador e administrador. A solenidade reuniu um grande número de admiradores no Salão Verde da reitoria.



UFRGS TV

Unimúsica Laboratório de Polímeros – entre o equilíbrio ambiental e o avanço tecnológico

Caroline Berbick e Teresa Klein - UFRGS TV

Em tempos de preocupação com o excesso de plásticos usados no cotidiano, o Laboratório de Materiais Poliméricos da UFRGS (Lapol) apresenta novos trabalhos e pesquisas para o desenvolvimento e o reaproveitamento de materiais derivados do petróleo. O laboratório surgiu em 1994, por iniciativa do professor Carlos Arthur Ferreira: “Eu fico mais motivado por ver que, no início, tínhamos um metro de bancada, onde eu trabalhava com uma aluna de mestrado. Hoje, temos cerca de 40 pessoas”.

O Lapol proporciona oportunidades de aprendizado teórico e prático tanto para estudantes de graduação quanto de pós-graduação. Para o aluno Gustavo Pinheiro Machado, a experiência de laboratório é fundamental: “Na graduação, é importante lidar com materiais e também aprender com a experiência dos professores, dos doutorandos e dos mestrandos. Uma coisa é ver, outra é fazer parte do processo”.

O órgão trabalha com projetos direcionados à reciclagem e à criação de materiais mais eficientes e menos prejudiciais à natureza. “Atualmente, tenho alunos de Iniciação trabalhando na reciclagem de garrafas PET, a partir das quais se podem produzir fios e tecidos, e estamos desenvolvendo formas de melhorar esse material”, conta a professora Ruth Marlene Santana.

Segundo Maria Madalena de Camargo Forte, também docente junto ao Lapol, a atuação do órgão não se restringe ao meio acadêmico: “Também prestamos serviços à comunidade, como consultorias, análises e identificação de materiais”.

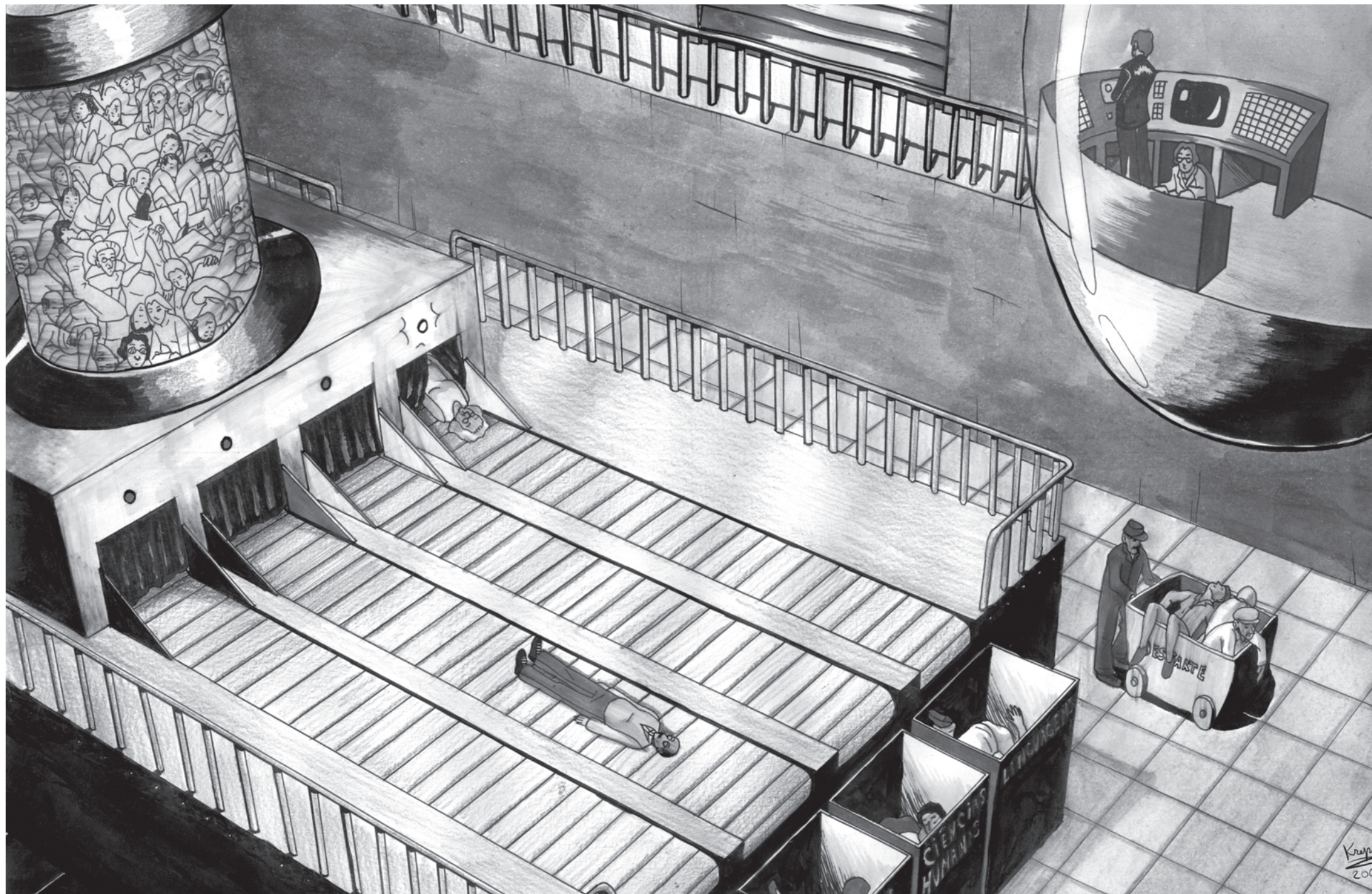
Ao longo dos seus 15 anos, o Laboratório teve um crescimento significativo e abriu novas frentes de pesquisa. Recentemente, recebeu o Prêmio Fimma 2009, com o projeto de uma gaveta planejada, feita a partir de material reciclado. Tal reconhecimento é motivo de orgulho para toda a equipe: “Este prêmio mostra que estamos atuando num problema importante e que traz retorno para a sociedade”, comemora a professora Maria Madalena.

Assista aos programas

Para conhecer melhor o Lapol, assista ao programa Conhecendo a UFRGS, que vai ao ar no dia 9 de junho, a partir das 21h30min, na UNITV, canal 15 da NET POA.



Sobre as políticas em educação



Denise Maria Comerlato *

Toda a comunidade envolvida com a Educação está sendo chamada a discutir o Documento Referência (<http://portal.mec.gov.br/conae/>) como base para a Conferência Nacional de Educação (Conae), a ser realizada em 2010, em Brasília. O documento propõe, como tema geral da discussão, a construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação – o Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação. Enquanto isso, o MEC, principal parceiro nesse debate, lança propostas de alterações estruturais com implicações fundamentais em todas as redes de ensino. Exemplos disso são as modificações apresentadas no projeto de Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil e a implantação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), de caráter obrigatório para os concluintes da educação básica das escolas públicas e como prova de ingresso nas universidades, na forma de adesão por parte das instituições de ensino superior. De outra parte, a Secretaria Estadual de Educação do RS também vem pro-

pondo mudanças profundas no seu sistema educacional, como a mudança no plano de carreira dos professores e o agrupamento das disciplinas em quatro grandes áreas a partir dos anos finais do Ensino Fundamental, entre outras propostas e ações, sem justificativas pedagógicas claras.

A Educação está fragilizada e a prova mais contundente é a quantidade de propostas, atravessamentos, sobreposições e fragmentações das políticas em educação regidas por decretos, portarias, pareceres. Em grande parte, essas políticas – que visam ser implementadas com uma rapidez incompreensível – não se fundamentam nas experiências práticas, nos conhecimentos e alternativas construídos no cotidiano das instituições de ensino. São políticas públicas que levam em conta dados estatísticos e econômicos aliados às perspectivas de resolução, de maneira quase imediata, dos dilemas e mazelas históricos de uma educação excludente que contribui para a manutenção das desigualdades sociais. Em que pese a boa intenção dessas políticas, corre-se o risco

de, na pressa, também desfazer trabalhos já constituídos e detentores de ótimos resultados. Basta observar a quantidade de reportagens veiculadas na mídia tratando do tema.

É preciso ter cuidado quando essas políticas são colocadas em prática via projetos de governo, uma vez que podem ser excluídas em uma nova gestão. Daí a necessidade de o governo federal colocar em discussão um documento que sirva de base para um novo Plano Nacional de Educação que garanta a continuidade dos programas e projetos hoje implementados ou em implementação por meio de pareceres e portarias.

De certa forma, uma parte dessas políticas propõe uma mudança retroativa, ou seja: o Enem acabe servindo tanto de base para as alterações curriculares do ensino médio nacional quanto de justificativa para as alterações, aqui no estado, a partir dos anos finais do ensino fundamental. Em outras palavras, uma prova de caráter nacional, dada a sua importância, pode balizar toda a educação anterior, subordinando as escolas a

uma homogeneização dos currículos da educação básica e, portanto, das aprendizagens escolares. Também permite o controle estatal dos resultados por aferição dos conhecimentos que, como se observa em todas as avaliações propostas pelos governos federal e estadual, até hoje não levaram em conta as condições sociais e de aprendizagem dos estudantes, as condições de trabalho dos professores, entre outros condicionantes da qualidade da educação.

O Sistema Articulado de Educação é uma construção necessária, mas se deve manter atenção para que não se transforme numa padronização indesejada. A participação da Universidade nesse debate é fundamental para se produzirem mudanças mais efetivas e duradouras. Para dar início a essa discussão na UFRGS, a Faculdade propôs o Painel de Debates: A Conae na Faced, reafirmando, assim, o seu compromisso com a construção de políticas públicas em educação.

* Vice-diretora da Faculdade de Educação

Educação a Distância - uma modalidade centenária

Marie Jane Carvalho*

Iniciativas em educação a distância são registradas desde o século XIX no Brasil. Os exames de conclusão de estudos secundários remontam àquela época – idealizados em 1882 e incorporados ao sistema educacional brasileiro nos primórdios da República. Mais tarde, altera-se a configuração dos exames, que passam a ser conhecidos como Exames de Maturidade. Os alunos até a década de 50, em grande parte, dependiam de esforço pessoal, ainda que houvesse cursos preparatórios que propagavam “colégio em um ano”. Na década de 60, a preparação para esses exames podia ser acompanhada pelo rádio e pela televisão. As ondas de impulso na área vieram com o rádio – “o mestre dos que não podiam ir à escola”, dizia Riquette-Pinto –, com a televisão e, recentemente, com a telemática. O dispositivo que nomeou “educação a distância” foi a Lei n.º 9.394/96. Antes disso, tal denominação era tímida, discutida em documentos oficiais e acadêmicos, embora a Lei n.º 5.692/71 prevísse “a realização de classes mediante a utilização de rádios, televisão, correspondência e outros meios de comuni-

cação”, cujo objetivo eram os cursos supletivos.

Experiências em educação a distância e formação de professores, na Universidade, datam da década de 90, com cursos oferecidos pelo Laboratório de Estudos Cognitivos do Instituto de Psicologia e pela Faculdade de Educação. O debate nessa área se expande quando a Secretaria de Educação a Distância do MEC lançou programas específicos para a formação de professores em parceria com as instituições de ensino superior públicas, prioritariamente. Na UFRGS, a Secretaria de Educação a Distância (SEAD) mobilizou iniciativas que visavam fomentar os cursos de Licenciatura. Dois cursos são contemporâneos: o Curso de Graduação em Pedagogia e o Curso de Graduação em Administração. Ambos inauguram a oferta de graduação na modalidade a distância, anteriormente restrita aos cursos de extensão e pós-graduação. A criação de cursos de graduação a distância impõe uma série de desafios, entre os quais o de contrapor-se ao preconceito em relação aos cursos dessa natureza, percebidos como devedores em qualidade. A qualificação da moda-

lidade a distância levanta desconfiças antes de qualquer análise. Como a desconfiça se disseminou, é importante registrar argumentos que possam confrontá-la.

A educação a distância séria tem custo igual ao da educação presencial. A tese de que é possível fazer essa modalidade de educação com custo baixo e qualidade é insustentável. A educação a distância pode ser tão boa ou tão ruim quanto qualquer empreendimento em educação presencial. Ou seja, a presencialidade não garante seriedade à educação que se realiza. Importante registrar que a educação a distância não prescinde da presença de alunos e professores; a presencialidade ocorre de modo diferente e é tão exigida quanto a que se demanda na educação presencial. Por vezes, mais imprescindível. Se um aluno na educação presencial pode passar o semestre sem se manifestar, quase despercebido por seus pares, na educação a distância isso é improvável. Atualmente, dadas as condições de como se faz educação a distância, exigem-se registros de trabalhos e logs que contêm as manifestações de alunos e professores nos ambientes virtuais.

Uma ideia muito difundida vocifera que educação a distância é *distante*. Um professor em frente a uma turma na educação presencial fala e responde aos alunos em tempo real; o mesmo acontece numa aula virtual síncrona (a distância em tempo real). O professor, na aula presencial, pode tocar o aluno – o que é improvável que o faça –, mas ainda não pode tocá-lo na aula a distância e, se o pudesse, mesmo assim seria uma atitude improvável.

Há barreiras que impedem de se fazer educação a distância do modo como imaginamos. Em nossas condições atuais, já seria revolucionário contar com banda larga real para alunos e professores. Fundamentalmente será revolucionário o dia em que nomearmos tão somente Educação para qualificar o que se faz, independente do modo e do lugar em que se realiza. A exigência institucional e a credibilidade social se localizariam na qualidade da Educação oferecida.

*Vice-coordenadora do curso de Pedagogia a Distância da Faced

MEC busca Sistema Nacional de Educação

Política

Professores analisam propostas para subsidiar os encontros preparatórios à Conferência Nacional

Jacira Cabral da Silveira

Até novembro deste ano, os estados e municípios deverão ter discutido e eleito seus representantes para participarem da Conferência Nacional de Educação (Conae), que ocorrerá de 23 a 27 de abril de 2010, em Brasília. O encontro terá como tema Construindo o Sistema Nacional de Educação: o Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação. Cabe às secretarias de educação dos entes federados coordenar as discussões; o Rio Grande do Sul, entretanto, é o único estado que não teve o apoio de sua Secretaria.

Em 17 de março, representantes do Legislativo, do Judiciário, do Executivo e da sociedade civil organizada deram início aos encontros preparatórios para a Conae, no Teatro Dante Barone, da Assembleia Legislativa. No Rio Grande do Sul, a Conferência Estadual está marcada para os dias 23, 24 e 25 de outubro, em Porto Alegre. Mais de 50 entidades da sociedade civil participam da comissão organizadora gaúcha.

A ideia de realizar um encontro para refletir sobre a educação brasileira surgiu durante a Conferência Nacional de Educação Básica de 2008, em Brasília, quando os educadores participantes manifestaram inconformidade com a ausência do segmento superior de ensino.

Na página www.mec.gov.br está disponibilizado o Documento Referência que deverá nortear os debates nos diferentes âmbitos, contemplando seis eixos: o papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade; organização e regulação da educação nacional; qualidade da educação, gestão democrática e avaliação; democratização do acesso, permanência e sucesso escolar; formação e valorização dos profissionais da educação; financiamento da educação e controle social; justiça social, educação e trabalho; inclusão, diversidade e igualdade.

Caberá às comissões estaduais elaborar um relatório com todas as deliberações, incluindo as novas propostas. Esse texto será enviado à comissão nacional e fará parte do Documento Base que será analisado, modificado e aprovado na Conae. O Documento Final servirá de referência prioritária à construção do Sistema Nacional de Educação.

Contradições - “Esse momento pode marcar a educação brasileira dos próximos anos, assim como os anos 80 marcaram essas últimas décadas”, ressaltou Carmem Craidy, professora da Faculdade de Educação da UFRGS (Faced) no segundo dia do ciclo de debates sobre o Documento Referência da Conferência Nacional de Educação (Conae), realizado de 4 a 7 de maio. A doutora em Educação lamentou a pouca participação no encontro, considerando os perigos que resultam da falta de envolvimento da sociedade em discussões tão fundamentais como a criação do Sistema Nacional de Educação brasileiro.

Embora as faculdades de educação não tenham representação garantida na Conferência Nacional, os professores da Faced organizaram-se para dar sua contribuição. Foram convidados a discutir os eixos do Documento Referência docentes da UFRGS, da Unisinos, representante do Cpers e da Secretaria de Educação do estado, que não compareceu ao encontro. Ao analisar o documento, os professores apontaram falhas, questionaram o emprego de alguns conceitos e detectaram contradições. Como encaminhamento ao debate em outras instâncias, os painelistas recomendaram uma análise do contexto histórico em que a temática da educação volta a ocupar o cenário nacional, retomando questões como qualidade, democratização e acesso. Nesse sentido, além de Carmem Craidy, os professores da Faced Raimundo Aguiar e Vera Penoni fizeram uma retrospectiva histórica do papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade, tema que permaneceu na pauta até o final do ciclo.

Resgate - Na opinião de Craidy, o texto da Conae busca resgatar as grandes propostas de educação dos últimos 25 anos (algumas transformadas em lei, outras não) e seu maior mérito está na ideia da construção de um sistema nacional articulado. De acordo com ela, até hoje, tanto a Lei de Diretrizes e Bases como as políticas de Estado não conseguiram resolver essa questão de forma satisfatória, articulando os diferentes sistemas de ensino: municipais, estaduais e federal. “Há uma grande confusão de competências, de financiamentos e de políticas”, critica.

Quanto ao regimento da Conferência, no que se refere à sua composição, a professora reclama não haver lugar para as universidades: “O que significa que a contribuição das universidades ou das faculdades de educação terá de se dar em espaços como o criado pela Faced e naqueles que pudermos conseguir em reuniões preparatórias municipais e estaduais”.

Craidy considera que o documento é genérico e não entra no aspecto da operacionalização do que propõe: “Este é o grande problema, ele fica na linha geral”, afirma, acrescentando a existência de muitas contradições, o que revela que o texto foi redigido por muitas mãos. Uma delas é a visão de gestão e de avaliação do processo do sistema edu-

cacional, que ora aparece como critério de gestão, ora como um processo.

Ela ainda faz objeção à criação de um fórum democrático para regular todo o sistema de ensino, pois não concorda que ele seja constituído somente por representantes da sociedade civil, “da qual a Fiedgs também faz parte”. Segundo ela, “o Estado não pode abrir mão de suas responsabilidades”. Por fim, sugere: “Antes de proposições bombásticas e salvacionistas, seria preciso que nesta conferência fosse exigido o cumprimento dos desígnios constitucionais. Que se articule, de forma concreta, como será operacionalizado o Sistema Nacional de Educação e como será garantida a presença forte do Estado em todos os níveis e modalidades de ensino”.

Direito constitucional - Em sua intervenção no ciclo de debates, o professor Raimundo Aguiar resgatou a trajetória das políticas públicas para educação: “O direito à educação faz parte dos direitos sociais que têm como inspiração o valor de igualdade entre as pessoas. No Brasil, esse direito foi reconhecido com o advento da Constituição de 1988. Anteriormente, não havia a obrigação legal de garantir formação de qualidade a todos os brasileiros”.

Para facilitar o entendimento das deficiências observadas desde o início dos anos 90, Aguiar resumiu a evolução do papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade. Conforme o professor, tanto a educação como a assistência no Brasil têm origem privatista. Foram os jesuítas que tomaram para si o papel social, por meio da catequese, e o papel da educação, pela instrução. “Somente na década de 40, durante o Estado Novo, é que o Estado entende que deveria assumir a questão do menor, não apenas no que se refere ao bem social, mas também à educação, criando o Serviço de Assistência ao Menor (SAM)”, completou Aguiar.

A tensão entre o público e o privado é outra constante na história da educação brasileira. Para Craidy, essa luta tem um momento importante nos anos 60, tendo de um lado as ideias privatistas de Carlos Lacerda e, de outro, a valorização da escola pública defendida por Anísio Teixeira. Foram necessários 15 anos para que se implantasse uma Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira: “A LDB é marcada pela consagração de sistemas paralelos: público e privado”.

A disputa retornou na Constituinte de 1988, especialmente no que diz respeito à construção do Sistema Nacional de Educação e também no que se refere ao financiamento. São deste período os embates entre setores como a Igreja, os movimentos em defesa da escola pública e as universidades privadas comerciais. A pressão das grandes redes comerciais de ensino superior acabou provocando a redução da proposta de um sistema nacional de educação, reivindicada pelos movimentos sociais em favor da escola pública.

Questões que ficam

Os textos e apontamentos de cada um dos debates ocorridos na Faculdade de Educação da UFRGS a partir do Documento Referência da Conae, assim como as propostas da instituição para subsidiar as conferências municipais e os demais encontros preparatórios para a Conferência Nacional, encontram-se na página www.ufrgs.br/faced. Nesse mesmo endereço é possível assistir às filmagens do ciclo de debates realizadas pela Central de Produções da Faculdade.

Na sequência, algumas das questões levantadas durante o encontro e que fazem parte das indicações para debate:

- ✓ Como será operacionalizado o Sistema Nacional de Educação e como garantir a presença forte do Estado em todos os níveis e modalidades de ensino?
- ✓ Qual seria a articulação necessária para a constituição de um Sistema Nacional de Educação? Que benefícios ele efetivamente traria para minimizar as exacerbadas diferenças na sociedade brasileira?
- ✓ Que garantias um sistema nacional articulado de educação traria de oferta de educação de qualidade?
- ✓ O que é construir um sistema de direito à educação para todos, com qualidade e democracia?
- ✓ Qual é, em termos de educação nacional, o limite entre centralização e descentralização em relação aos entes federados? Como conseguimos, para pensar a educação nacional, fazer essa relação: nem desobrigação nem autoritarismo entre os entes federados?
- ✓ Qual é a função social da educação pública, e quem a define: a esfera pública ou a privada?
- ✓ Que sociedade civil é esta que está representada e que pauta a política pública?
- ✓ De que se trata o padrão mínimo de qualidade?



Criação do Sistema Nacional de Educação irá afetar ensino nas escolas das redes pública e privada



Memória preservada

ESEF

Centro de Memória do Esporte possui raridades em acervo que é referência no Brasil

Reconstruir, preservar e divulgar a memória do esporte, da educação física, do lazer e da dança no Brasil, essas foram as ideias que, em 1996, levaram à criação do Centro de Memória do Esporte (Ceme) da Escola de Educação Física (ESEF) da UFRGS, sob a coordenação da professora Janice Mazo. Referência no Brasil pelo seu acervo, o Centro não é apenas um local de preservação de material histórico, mas também de pesquisa e de constante contato com a comunidade através de suas atividades e exposições.

Atual coordenadora do Ceme, a professora Silvana Vilodre Goellner acredita que a memória não se refere apenas ao passado, mas auxilia a conhecer e a entender o presente. “Preservar a memória das práticas corporais e esportivas significa preservar a cultura nacional e ajudar a compreender como se constituiu a educação dos corpos e dos sujeitos”, afirma.

Para desenvolver estudos sobre corpo e memória, o Centro possui dois grupos de pesquisa: Grupo de Estudos sobre Cultura e Corpo (Grecoco) e Garimpendo Memórias. O primeiro investiga temas como práticas corporais e esportivas, gênero, sexualidade e mídia. Já o projeto Garimpendo Memórias compreende a reconstituição histórica pela realização de entrevistas com personalidades do esporte, da dança, da educação física e do lazer no Brasil.

Além dos grupos de pesquisa e da preservação do acervo histórico, também são promovidas aulas, palestras e oficinas temáticas. Para a realização dessas atividades, foi constituída



Equipe e timoneiro Oscar dos Santos, do Clube de Regatas Almirante Barroso, em 21 de junho de 1946

uma equipe de dezesseis colaboradores, entre técnicos e bolsistas de graduação e pós-graduação do curso de Educação Física.

Recentemente, o Ceme mudou-se para um novo espaço, apropriado para o armazenamento do acervo, com sala para aulas e palestras e sala de exposições.

Acervo - Quando criado, o Centro de Memória do Esporte reuniu documentos históricos já pertencentes à Escola de Educação Física da Universidade, mas o acervo foi crescendo com doações de pessoas e instituições. O médico porto-alegrense Henrique Licht, por exemplo, doou peças importantes para a coleção olímpica, entre elas a primeira medalha conquistada pelo Brasil em Olimpíadas, nos jogos de 1920, na Antuérpia. A medalha de bronze pertenceu ao atleta gaúcho Dario Barbosa e foi conquistada no tiro esportivo em equipes.

Hoje o arquivo histórico do Centro é composto por sete coleções:

Olimpica, Dança, Lazer e Recreação Pública, Educação Física, Universidade 63, Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e Movimento Estudantil em Educação Física. A cada uma dessas coleções pertencem raridades,

Mais de quatro mil livros, três mil fotos, vídeos e filmes fazem parte do arquivo histórico do Ceme

como livros de ginástica e de educação física publicados no final do século XIX; o álbum oficial dos Jogos Olímpicos realizados em 1936, em Berlim; vídeos de entrevistas com os organizadores dos Jogos Mundiais

Universitários de Porto Alegre, em 1963; a ata de fundação do Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte; e documentos relativos à organização e ação do movimento estudantil de educação física.

A coleção de Dança é especial: uma das primeiras a integrar o acervo do Ceme, foi comprada da família de João Luiz Rolla, primeiro bailarino gaúcho e renomado professor de balé. Um dos precursores da dança no Rio Grande do Sul, Rolla inovou o movimento coreográfico de Porto Alegre com o espetáculo “2001 – Uma Experiência pelas Fronteiras sem Fim da Dança”, em 1969. Fazem parte desta coleção várias coreografias criadas e executadas por Rolla desde 1930, além de peças de vestuário e acessórios de Emílio Martins, Tais Virmond, Ceci Frank e Tony Petzhold, expoentes da dança sul-rio-grandense.

É destaque, ainda, o acervo de Lazer e Recreação Pública, doado pela família de Frederico Gaelzer. Pioneiro na institucionalização do lazer

público na cidade de Porto Alegre e também no Brasil, Gaelzer foi responsável pela criação das primeiras praças de recreio e pela organização dos primeiros campeonatos esportivos da cidade.

Ao todo, o acervo do Centro de Memória do Esporte conta com mais de quatro mil livros sobre educação física, dança, esporte e lazer, publicados antes de 1960, com vídeos e filmes com temáticas relativas e três mil fotografias. O Ceme ainda possui número significativo de documentos, periódicos, medalhas, uniformes, bandeiras, cartazes, distintivos e outros artigos relativos ao esporte e ao lazer. Além das exposições, parte do acervo está disponibilizada no site do Centro: www.esef.ufrgs.br/ceme.

Preservação - A especialista em Museologia Vera Rangel é uma das responsáveis pelo trabalho de seleção, registro, catalogação e preservação do acervo do Centro de Memória do Esporte. No momento, ela realiza a digitalização de documentos e fotografias. “É uma forma de garantir o livre acesso dos estudantes ao material precioso que se encontra em estado frágil”, explica.

Vera também ressalta a importância da criação de políticas de aquisição e descarte para o acervo do Ceme. “Como a maioria do material que recebemos é doação, muitas vezes as pessoas não sabem se aquilo tem relevância histórica ou não. É nosso papel selecionar o que possui interesse para o Centro.”

Na biblioteca da ESEF, onde estão os livros pertencentes ao acervo do Centro de Memória do Esporte, a bibliotecária Luciane Soares cuida do material disponível para consulta local. “São verdadeiras raridades, livros importados e muito antigos.” O arquivo histórico possui espaço próprio na biblioteca, equipado com aparelho desumidificador e de ar-condicionado para evitar quaisquer danos ao material relativos à variação de umidade e temperatura. Porém, Luciane diz que ainda faltam recursos para a preservação mais eficaz das obras.

Luciane Costa, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

O lugar da periferia na História

Simpósio

Encontro analisou relações de poder entre colônias e metrópoles

O *Simpósio Internacional Centro, Periferia e Análise Histórica* reuniu cerca de 180 profissionais e estudantes de História em torno de questões relacionadas à polaridade mundial. O encontro, coordenado pelo professor José Rivair Macedo, foi realizado pelo Programa de Pós-graduação em História da UFRGS de 27 a 30 de abril. Na sessão de abertura, o coordenador enfatizou que a África e a América Latina representam a periferia da história. O vice-reitor da UFRGS, professor Rui Oppermann destacou a importância do diálogo: “A função da Universidade é ser o lugar de debate histórico e político”.

O evento proporcionou diversas atividades, como palestras e projeção de filmes, nas quais foram analisadas questões como a problemática das fronteiras e a relação histórica entre colônias e metrópoles.

A produção cultural na periferia foi o tema central da mesa de discussão *Legitimidades in-*

telectuais na América Latina, sob a coordenação do professor do Departamento de História Anderson Vargas. A mesa teve a participação dos também professores da UFRGS Luiz Alberto Grijó e Mara Cristina Rodrigues e da pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas Leticia Nedel.

A conferência *A pesquisa histórica na periferia da ciência* deu início às discussões. Leticia abordou o lugar reservado à História na hierarquia de saberes e na pesquisa social dos anos 50 do século XX. Para isso, analisou as condições de pesquisa daquele período e o valor adquirido pelas particularidades regionalistas na produção cultural dos institutos histórico-geográficos. Segundo ela, “o estudo da história acontece atualmente sem as raízes locais”. Além disso, o lugar de formação histórica não é o mesmo de julgamento da produção intelectual. Portanto, há lacunas entre o conhecimento desenvolvido na academia e a cultura local. Para a historiadora, os professores devem procurar canais alternativos de atualização profissional.

Religião e política - O professor Grijó avaliou o peso do pensamento católico-jesuítico na Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre (atual UFRGS) na conferência *Os soldados de Deus conquistam o Rio Grande: formação cultural e política na primeira metade do século XX*.

Na avaliação do historiador, a preocupação

dos professores era a de “formar pessoas como instrumentos de ação no mundo”. Como a maioria dos docentes da faculdade era oriunda do Colégio Anchieta, de Porto Alegre, e do Colégio Conceição, de São Leopoldo, o pensamento dos padres jesuítas influenciou a formação de um pensamento católico antipositivista que dominava a instituição na década de 1930. Com a criação da Liga Eleitoral Católica, a doutrina jesuítica ganhou força. Apesar de não ser vinculada a nenhuma política partidária, a Liga apoiava candidatos identificados com os preceitos da religião, obtendo importantes vitórias nas urnas e reforçando ainda mais a propagação de suas ideias.

Regionalismo na literatura - *A construção da identidade intelectual brasileira longe da capital: as trajetórias de Moysés Vellinho e Erico Verissimo (1930-1975)* foi tema da conferência da professora Mara Rodrigues. A escolha desses autores deveu-se ao destaque conquistado por ambos no meio cultural brasileiro. “Verissimo é um dos romancistas gaúchos de maior projeção na literatura nacional desde 1938. Vellinho foi crítico literário, historiador e participante ativo das grandes discussões locais sobre o regionalismo, a literatura e a identidade sul-rio-grandense”, explica. Vellinho publicou um ensaio sobre a obra de Verissimo em que, apesar de elogiar a

carreira promissora do escritor, criticou seu excesso de técnica e sua falta de regionalismo.

Mara esclarece que “Vellinho rejeitava a possibilidade de representação do Rio Grande pela vertente regionalista anterior. Propunha, isto sim, uma revisão do conceito de gaúcho”. Ele buscava compreender as ligações orgânicas entre a cultura local e a nacional. Segundo sua perspectiva, as diferenças da cultura regional em relação à brasileira a configuravam como uma peculiaridade desta, e não como uma cultura particular. Com o lançamento do romance *O Tempo e o Vento*, Verissimo resgata, ainda que sem intenção, a vertente histórica do estado. “Apesar das repetidas afirmações de Verissimo de que a obra não era um romance histórico nem regionalista, a trilogia parece ter desfrutado da autonomia que um texto assume depois de sua publicação”, comenta a professora.

Vellinho festejou o novo romance, apontando como um dos seus principais méritos a capacidade de integrar a cultura regional à nacional. “Morar no Rio Grande, fazer amar o Rio Grande foram pontos comuns das trajetórias e representações literárias e sócio-históricas desses intelectuais”, concluiu a professora.

Lella Ghorzi, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico



Os Salões em um novo contexto

Ensino Graduação e Educação a Distância em tempos de expansão e inclusão

Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira

Na avaliação do secretário de Educação a Distância, Sérgio Kieling Franco, o futuro dos Salões de EAD e de Graduação da UFRGS, que na edição de 2009 ocorreram de 27 a 29 de maio, é evoluir para a proposta de um Salão de Ensino, no qual serão apresentadas as experiências de ensino-aprendizagem na Universidade.

Para o secretário, o diferencial do 5.º Salão de Educação a Distância foi a participação discente. No total, foram apresentados 30 trabalhos de alunos, professores e monitores dos cursos de graduação a distância em Pedagogia, Planejamento e Desenvolvimento Rural, e Administração.

Apesar de o ensino a distância da Universidade ser reconhecido nacionalmente, o professor Franco acredita que falta um processo de avaliação profundo dessas iniciativas acadêmicas. Em sua opinião, a realização de cursos de graduação, de extensão e de pós-graduação a partir de experiências sistematizadas acabou gerando

cursos com formação bem diferente daqueles oferecidos por outras instituições.

Graduação - O ensino de graduação para a sociedade; expansão, inclusão e qualidade; regulamentação dos estágios; recepção ao aluno calouro na Universidade; retenção e evasão foram os temas das palestras e mesas-redondas do 4.º Salão de Graduação. Nas palavras da pró-reitora Valquíria Linck Bassani, a proposta deste ano foi trazer questões mais vivas e que demandam posições institucionais: “É preciso dar uma resposta aos estudantes”. A professora ressaltou que o evento é feito especialmente para os alunos trocarem experiências e que todos os 903 monitores da UFRGS foram estimulados a participar.

Ela entende que a educação superior hoje se insere na nova política governamental de expansão do ensino público com inclusão, e é esse contexto de Reuni que traz questões polêmicas à Universidade. Segundo Valquíria, mesmo aqueles cursos que não optaram por expandir as vagas estão em reformulação. “Por isso, o Salão traz para o compartilhamento da comunidade experiências que trabalham novas metodologias, iniciativas que já existem no ensino de graduação e que muitas vezes não são conhecidas pelos colegas.”

Por mais que certas atividades não tenham relação direta com a área de estudo de um graduando, os conhecimentos disponibilizados sempre têm serventia. É a opinião de Cháris Martins da Rocha, aluna de Psicologia. Monitora voluntária das discipli-

nas de Psicopatologia, a jovem auxiliou na apresentação dos relatos da graduação, citando a experiência de intercâmbio que fez com que ela se interessasse pelas opções de mobilidade acadêmica.

Protagonistas - Nos relatos de EAD, Felipe Andrade, graduando de Ciências da Computação, expôs a reformulação de um ambiente de interação para alunos de licenciatura em estágio. Denominado “Diário de Classe Virtual”, o trabalho expôs as possibilidades de troca de experiências entre os cerca de 30 licenciandos propiciada pelo Planejamento Pedagógico Hipermididático (PPH). O trabalho pode ser conferido em www.ufrgs.br/pph/pph2.

“O arquivo por trás do museu: os documentos administrativos e o acervo foto-digital do Muhm”, trabalho de Letícia Castro, foi aceito tanto no Salão de Educação a Distância como no Salão de Graduação. Ela organizou um banco de dados e o acervo de fotografias do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (www.muham.org.br) durante as disciplinas Estágio Supervisionado I e II. Letícia é também jornalista e trabalhava na assessoria de imprensa do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS), mantenedor do Museu. Hoje está cedida ao Muhm, dando continuidade ao seu projeto, que lhe envolveu numa “massa virtual” de mais de seis mil arquivos, num montante de 12 Gigabytes.

Gabriel Nunes de Matos tem 21 anos e está no terceiro ano do curso de Matemática. Ele é autor de um dos 97 pôsteres que fizeram parte



do 4.º Salão de Graduação, no qual expôs seu trabalho desenvolvido dentro do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) – edital da Capes que busca contribuir para o aumento das médias das escolas participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Gabriel vem trabalhando com turmas de uma escola pública de Porto Alegre para superar dificuldades de aprendizagem em matemá-

tica. Para atingir esse objetivo, montou um laboratório de matemática e desenvolve oficinas com os alunos. No início, Gabriel comenta, a adesão foi mais tímida, mas à medida que os professores começaram a gostar do projeto “até liberaram períodos semanais nas oitavas séries e nos terceiros anos”. Segundo ele, essa experiência tem possibilitado uma avaliação tanto da atuação dos professores quanto das dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Recepcionando a comunidade

Universidade de portas abertas

No dia 16 de maio, a Universidade, mais uma vez, abriu suas portas para a comunidade. A sétima edição do projeto Portas Abertas promoveu o encontro do público com as unidades universitárias e os trabalhos desenvolvidos dentro de cada curso. Cerca de oito mil pessoas prestigiaram as atividades, que contaram com a organização de professores, bolsistas, monitores, servidores e demais funcionários da instituição.

Dia de Festa - Acordes de piano recepcionavam estudantes e curiosos interessados em conhecer os estúdios e acervos da Rádio da Universidade. Enquanto a professora Olinda Alessandrini era entrevistada, sua música soava em uma grande caixa de som, posta no lado de fora do prédio. A pianista foi uma das grandes atra-

ções da emissora, que contou ainda com shows de música caribenha e *latin jazz*.

“A atividade básica que estamos promovendo é mostrar à comunidade como é o funcionamento da Rádio no dia a dia, desde o jornalismo à produção musical”, explicou Miguel Canabarro, técnico responsável pela produção de alguns programas, como o “Música em Pessoa”. O produtor era um dos encarregados de apresentar a discoteca, a sala de rádios antigos e os estúdios às escolas, principais visitantes.

André Prytoluk, diretor da emissora, definiu o evento como um dia de festa. “Hoje é um momento descontraído, que além de promover um encontro com nossos ouvintes tradicionais, proporciona a divulgação do nosso trabalho para quem ainda não o conhece”, disse. Prytoluk,

professor da Fabico, conceituou o rádio como um canal de difusão de ética, cultura, educação e entretenimento, responsável pela manutenção das raízes culturais locais e pela distribuição de conhecimento em uma comunidade.

Motivando decisões - Palestras, atividades interativas e exposições foram oferecidas aos visitantes do curso de graduação em Design, sediado na Faculdade de Arquitetura, no Câmpus Centro. Segundo Aline Aragon, estudante e monitora da atividade, o Portas Abertas é uma ótima oportunidade de mostrar novos produtos e trabalhos desenvolvidos por professores e alunos, além de ser muito importante para a divulgação do curso, iniciado em 2006. “Muitas pessoas não têm ideia de como é o Design. Acho que, com o

Projeto, os estudantes vão ter mais clareza sobre o funcionamento do curso.”

Renata e Marina, alunas do ensino médio de Porto Alegre que visitaram a UFRGS para decidir sobre o curso que irão escolher no próximo vestibular, ficaram muito animadas. “O Portas Abertas facilitou a minha escolha, pois as atividades desenvolvidas me fizeram ficar mais interessada por Design”, revelou Marina. Já Renata tem convicção de que o evento vai auxiliá-la a decidir entre as carreiras de Publicidade e Propaganda ou Design. “Tenho certeza de que conhecer os dois cursos irá me ajudar”, afirmou.

Júlia Amaral, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

Dois-pontos

Criamos a coluna *Dois-pontos* a fim de contribuir para o uso da língua portuguesa em conformidade com o disposto nas bases do Acordo Ortográfico. Aportaremos aqui alguma reflexão e pequenas doses das suas bases.

O Acordo opera-se não exatamente por uma necessidade dos falantes da língua portuguesa brasileira, ou seja, por um fator local. O motivo da unificação da grafia nos países de língua portuguesa (idioma hoje com cerca de 240 milhões de falantes) visa mais ao fortalecimento das comunidades lusófonas nas questões relativas à política internacional – a possibilidade de o português ser adotado como língua oficial na Organização das Nações Unidas é uma dessas razões. Assim, Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São

Tomé e Príncipe e Timor Leste deverão implementar o Acordo.

As proposições mais significativas das bases do texto incidem em casos de acentuação e emprego do hífen. O trema é abolido, permanecendo apenas em nomes estrangeiros e seus derivados. Além do repertório de nomes e expressões peculiar de cada cultura, saliente-se que o acordo não pretende unificar a pronúncia. São várias as discussões e esse processo de aproximação das grafias deverá e terá de ser avaliado e revisto no decurso de sua implantação.

Em fevereiro deste ano, a Academia Brasileira de Letras publicou o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), assentando a grafia das palavras vernáculas.

A partir da próxima edição do JU, nesta coluna,

traremos aspectos relevantes do Acordo – e outras questões de linguagem.

✓ Vigora a partir de 1.º de janeiro de 2009, mas não de forma obrigatória. Haverá um período de transição de quatro anos. Até 31 de dezembro de 2012, as duas normas irão coexistir.

✓ O Brasil será o primeiro país da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) a implementar a reforma.

✓ Levando-se em conta apenas o inventário das palavras (e não a frequência de uso, as flexões, etc.), as mudanças deverão atingir aproximadamente 0,5% das palavras adotadas no Brasil. Nos demais países, as alterações podem alcançar 1,6%.

✓ As escolas públicas devem receber os dicionários adaptados até o fim de 2009. Já os livros didáticos precisam estar prontos, pelo menos para algumas séries, em 2010.

Adoção da palavra câmpus – com acento Com o propósito de regularizar o uso com paradigmas da língua portuguesa, o Jornal da Universidade adotou a palavra **câmpus** (plural **câmpus**) no lugar da latina *campus* (plural *campi*). Como se trata de uma paroxítona terminada em *-us*, deve ser, portanto, acentuada. Observação: esta não é uma questão contemplada no Acordo.

Antônio Falcetta, revisor do JU
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

Especial

Tecnologia

O uso da Internet em pesquisas desperta debates sobre o sistema educacional e a necessidade de mudanças em sala de aula

TEXTO JAQUELINE CRESTANI* E DEMÉTRIO PEREIRA**

É meio-dia de uma sexta-feira em Porto Alegre. Estudantes saem apressados do prédio de uma escola pública. Ao serem abordados pela reportagem, alguns esboçam um sorriso de quem sabe do que se trata, mas preferem não tocar no assunto. Jaciele, 14 anos, aceita conversar conosco: “Acontece, sim, isso de copiar e colar da Internet, porque a maioria sempre pega do mesmo site. Mas nunca deu problema, a professora não tira pontos”. Quando perguntamos como ela faz, a aluna do primeiro ano do ensino médio prontamente responde: “Ah, têm vezes que tem que fazer resumo, daí eu explico com as minhas palavras”. Os colegas de 7.ª série Igor, 14, e Leonardo, 13, são mais diretos ao responder como fazem as pesquisas do colégio na web e admitem que sempre copiam e colam: “Não dá nada!”, afirma Leonardo.

Casos como esses são comuns não apenas entre alunos do ensino básico. Recorrentes descobertas de fraudes em trabalhos acadêmicos e artigos científicos têm suscitado debates e a criação de grupos e ferramentas antiplágio. Multiplicam-se os aparatos para combater a suposta malícia intelectual. Contudo, o uso da rede mundial de computadores como fonte de estudos escolares e acadêmicos sugere discussões mais profundas, que permeiam a estrutura do ensino no país e a apropriação de tecnologias na aprendizagem.

Não é de hoje - Apesar de o sinal amarelo estar aceso para o uso da rede em pesquisa, as práticas tornadas acessíveis pelo famigerado “Ctrl-C + Ctrl-V” não são novidades, como lembra Patrícia Behar, professora do Programa de Pós-graduação em Informática na Educação (PPGIE-UFRGS): “Acontecia o mesmo com as enciclopédias, e nem podíamos pesquisar para ver se era realmente uma cópia. Hoje, o controle sobre o plágio está mais fácil do que antes”.

Marcelo Träsel, professor de Comunicação Digital da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), concorda: “Se tu fores pensar assim, a máquina de escrever também podia ser uma máquina ‘do mal’”. Ele conta que, à época em que era estudante da Fabico, alguns colegas tinham o hábito de entregar sempre o mesmo trabalho, batido à máquina, apenas com capas diferentes. Más intenções? Nem sempre. Marcelo aposta em uma falta de preparo herdada dos primeiros anos de sala de aula: “Na escola, tu aprendes mais a copiar do que a criar em cima de textos de outras pessoas”. Como a autonomia não é incentivada, os alunos crescem sem saber qual é o uso correto do material alheio ou se sentem incapazes de criar um texto autoral.

O professor, que já zerou dois trabalhos que haviam sido entregues com trechos retirados da web sem as devidas menções, costuma iniciar o semestre com uma aula sobre pesquisa online, além de distribuir manuais com técnicas que facilitam a operação e esclarecem sobre o quanto e como se pode copiar um texto. Para ele, o ambiente virtual potencializa tanto as coisas ruins quanto as boas: “A sociedade trouxe para a

Internet problemas que já existiam fora dela. É importante que, desde cedo, os colégios mostrem para as crianças como fazer pesquisa para que elas criem uma boa orientação nas redes”, pondera Träsel.

Em sintonia com a nova geração

Se até pouco tempo atrás a televisão oferecia a trégua ideal para a bagunça dos filhos, o computador se tornou o substituto imediato. Deixada a sós com o mundo inteiro, a nova infância não aprendeu apenas a domar os recursos do ambiente online como a conviver com um grande fluxo de informações simultâneas. Assim, o pensamento linear cede espaço ao raciocínio “hipertextual”. Patrícia explica outras características dessa nova geração: “Eles não só adquirem iniciativa própria, ao comentar e se relacionar, mas também produzem o próprio conhecimento. Hoje, vemos um aluno não passivo”.

A professora, que coordena o Núcleo de Tecnologia Digital Aplicada à Educação (Nuted), considera que o corpo docente deve estar preparado para lidar com crianças que cresceram em contato com a tecnologia – os chamados “nativos digitais” – e resalta a atual defasagem entre alunos e educadores quando o assunto é informática: “A Internet só vem a contribuir para a educação, que está sendo forçada a mudar. O nosso problema são os professores”, afirma.

Ítalo Duarte, coordenador do Projeto Amora, do Colégio de Aplicação (CAp), concorda com a necessidade de preparo: “O uso das tecnologias de informação é um dos grandes problemas na formação docente, e hoje isso ainda é um diferencial que poucos têm”. Com o objetivo de formar educadores capacitados para a orientação de pesquisas dentro da escola, o CAp vai contar, em breve, com um Centro de Investigação em Educação Básica, num trabalho conjunto com o Instituto de Psicologia e a Faculdade de Educação. A proposta já foi aprovada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e vai especializar professores para trabalhar em iniciativas como o Amora.

Currículo diferenciado - O Colégio de Aplicação foi um dos lugares em que os “projetos de aprendizagem” puderam ser adotados, ainda que, por enquanto, apenas no currículo da 5.ª e 6.ª séries. Léa Fagundes, idealizadora do Amora, explica que, nessa proposta, os alunos escolhem os temas sobre os quais querem aprender, juntam-se em grupos por aproximação de interesses e elaboram os projetos de pesquisa. A orientação é de um professor que não necessariamente leciona a matéria referente ao assunto escolhido, já que existe a possibilidade de consultar especialistas nas mais diversas áreas. O importante é que o educador passe de um solicitante de trabalhos, que aguarda a entrega sem interferir, para um orientador ativo que acompanha a pesquisa em todas as suas etapas.

A liberdade para escolher o objeto de estudo não resulta em crianças trabalhando com temas fúteis. Depois de aprender sobre a dengue e a ginástica olímpica, Giulia Acerbi, de 12 anos, aluna da 6.ª série do Colégio de



FOTOS FLAVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

A educação nos tempos da rede

Aplicação, fala com desenvoltura sobre os tigras, foco de sua mais recente pesquisa: “Descobri que seu habitat natural é o continente asiático. Eles vivem 13, 14 anos e pesam até 300 kg”. Giulia nos explica sobre o funcionamento do Amora: “Mexo quase todos os dias na Internet. Mostro pros

“A sociedade trouxe para a Internet problemas que já existiam fora dela”

meus pais. Minha mãe já olhou a minha ‘wiki’ e disse que estava bem”, conta, entusiasmada, referindo-se ao software livre utilizado para hospedar blogs.

Segundo o coordenador do programa, o modelo é diferenciado em relação ao uso da web: “No Amora, tratamos a tecnologia de uma forma bem diferente. Tanto a pesquisa na rede quanto a produção de pastas para a Internet são atividades corriquei-

ras”, explica. Os alunos são orientados a mencionar as fontes da pesquisa que realizam. “Todos os anos, a bibliotecária vai até a sala de aula e mostra como fazer referências. Isso é algo que sempre cobramos para avaliarmos com eles a credibilidade das informações”, relata Ítalo.

Repensando o problema - Na Escola Estadual de Ensino Fundamental Luciana de Abreu (onde foram feitas as fotos que ilustram esta reportagem), uma das cinco do país a participar da primeira etapa do programa Um Computador por Aluno (UCA), os projetos de aprendizagens também são adotados por alguns professores. De acordo com Patrícia Schäfer, pesquisadora do Laboratório de Estudos Cognitivos (LEC-UFRGS) e responsável por assessorar a instauração do UCA no colégio, muitos ainda não quiseram mudar a forma de trabalhar em sala de aula: “Não basta trazer o laptop para dentro da escola para esperar uma mudança instantânea”, explica.

Patrícia realizou uma pesquisa sobre o impacto do computador na aprendizagem, com foco na escrita e na conceitualização de 11 estudantes da 4.ª série. O pressuposto do trabalho foi de que a máquina em sala de aula não necessariamente muda a concep-

ção de educação: “A prática da reprodução de conteúdos, que atrelamos a Internet, é um condicionamento a que a criança é submetida desde o quadro-negro”, diz a pesquisadora.

Analisando a produção dos estudantes no ambiente virtual dos laptops e realizando entrevistas, Patrícia chegou a conclusões inusitadas: o ato de copiar e colar pode não estar diretamente ligado à ausência de compreensão e de aprendizagem, assim como a produção de um texto autoral pode evidenciar uma memorização de dados sem entendimento.

Para exemplificar, Patrícia relata o caso de um aluno que estudou sobre camaleões e reproduziu textos da Internet em todas as suas postagens. No entanto, durante a intervenção oral, a pesquisadora percebeu que, apesar da cópia, ele entendia o que estava falando, a ponto de levantar hipóteses que nem mesmo apareciam nos seus registros por escrito: “Ele tinha lido, inclusive, outras coisas sobre o assunto, embora não se sentisse à vontade para redigir no ambiente virtual”. A pesquisadora completa: “Não podemos condenar um aluno porque ele copiou. É claro que não faço apologia à cópia, mas precisamos investigar o que está por trás. O que faz com que o aluno entenda e assim mesmo não produza um texto próprio?”.

“A escola tem de se dar conta de que aprender é aprender a fazer ciência”

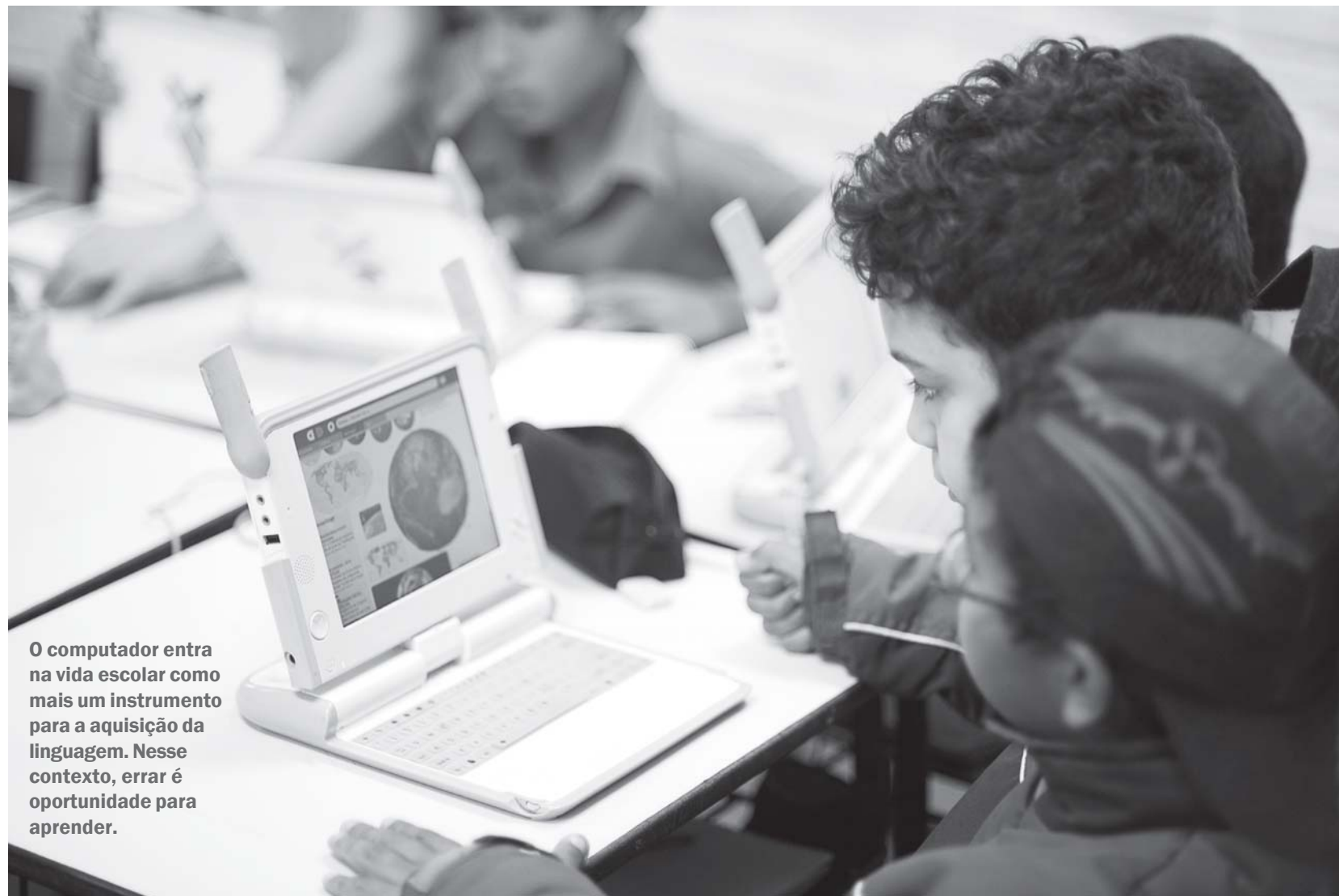


Elementar, meu caro aluno!

Para vírus, antivírus; para plágios, antiplágios. De olho nos parasitas de trabalhos, uma diversidade de programas dedicados a rastrear cópias estão disponíveis na rede. As colagens são encontradas a partir da comparação dos trechos suspeitos (o usuário insere os excertos e confronta-os entre si) ou entre documentos e páginas da Internet. Dentre os muitos softwares que prometem tal façanha, há aqueles criados dentro das universidades, resultado óbvio do desagrado dos professores. A Pró-reitoria de Pesquisa da PUCRS criou um núcleo dedicado a analisar o problema dos plágios: “Definiram algumas regras, inclusive para professores. Há uma preocupação grande com essa questão. Nosso webmaster, inclusive, criou um ‘cata-cópias’”, relata Marcelo Träsel. O FDP – Farejador de Plágios faz jus ao sugestivo nome, e já foi responsável por reprovações de alunos em todo o país. Criado por Maximiliano Zambonato Pezzin, professor da Universidade do Contestado (Santa Catarina), o programa analisa um documento de texto e sublinha as partes copiadas, anexando junto ao flagrante o endereço eletrônico que apresenta conteúdo similar. Decidimos *sherlockear* também. Após alguns downloads e testes frustrados – a maioria do que está disponível por aí não funciona –, chegamos ao Approbo, uma ferramenta online desenvolvida em Barcelona pela Symmetric. Com um rápido registro e a confirmação por e-mail, o internauta pode vasculhar a autenticidade de arquivos (pdf, doc, html, txt, docx, xml e outras tantas extensões) no próprio site do comparador de documentos. O processo é ágil. Os criadores dizem que a velocidade depende da conexão do usuário e do tamanho do arquivo, mas garantem o resultado em, no máximo, dois minutos. Não esperamos nem dez segundos para descobrir que as reportagens do Jornal da Universidade constam na íntegra no endereço www.jornal.ufrgs.br. Além de uma porcentagem indicando o grau de semelhança dos elementos comparados, o Approbo fornece um “mapa” que pinta de vermelho os trechos duplicados pelo copista. Detecta como um antivírus. Se for o caso de eliminar ou colocar em quarentena, fica a critério do professor.

Que tal testar? Copie parte da nossa matéria e confira se há pares na internet: <http://approbo.citilab.eu/approbo.jsp>

Para mudar o paradigma



O computador entra na vida escolar como mais um instrumento para a aquisição da linguagem. Nesse contexto, errar é oportunidade para aprender.

“Tema! Tema!”

O grito uníssono dos alunos da 3.ª série deve ter causado estranhamento em quem passava em frente à Escola Estadual de Ensino Fundamental Luciana de Abreu perto das 17h de uma quarta-feira. A cena, de fato, não é muito comum.

Ao entrarmos na sala, os cerca de vinte estudantes não estavam silentes – pelo contrário, estavam até bem agitados. As crianças escreviam no editor de textos do *laptop* o assunto que haviam escolhido para seus projetos de aprendizagem. Muitas nos chamavam para falar sobre seus trabalhos, enquanto outras queriam mostrar os softwares interativos do computador. Era o segundo dia em que usavam as máquinas e exploravam seus recursos. A professora Tânia Oliveira só intervinha quando solicitada e, então, todos, interessados, prestavam atenção às explicações e iam atrás de suas próprias descobertas.

Seus olhos cintilavam a cada letra que digitavam demoradamente com dedos não acostumados ao toque no teclado. Por isso, quando a professora anunciou o fim da aula e que os computadores deveriam ser desligados, um resmungo tomou conta do local. Depois de alguns minutos, Tânia conseguiu convencê-los de que tinham de ir para casa e pediu que pegassem os cadernos para anotar o dever de casa. Barulho de novo. Enzo, componente da equipe organizada para receber visitas, instiga os colegas: “Não quero tema hoje! Quem não quer tema?”. Diante de unânimes fura-bolos apontados para cima, rechaçando a tarefa de casa, a professora propõe um acordo. “Eba, acordo!”, exclama Enzo, pedindo

silêncio para escutar a proposta. “Não vou dar tema hoje, mas amanhã não tem *laptop*”, Tânia sugere, brincando, sabendo como reagiriam. De imediato, a mágica acontece: “Tema! Tema!”.

Assimilando o mundo - O entusiasmo da meninada com os estudos não é mágica. Coordenadora do Laboratório de Estudos Cognitivos (LEC) – do qual o projeto Um Computador por Aluno é uma das iniciativas –, Léa Fagundes explica: “Tu só aprendes aquilo no qual tu estás interessado”. A afirmação vem de quem há mais de 30 anos investiga o modo pelo qual se desenvolve a inteligência. Para ela, as turbulências e os desarranjos na educação são consequências de um modelo equivocado de ensino, alheio aos estudos que revelam a forma como se dá a aprendizagem. E como ela se dá?

A professora busca a resposta na epistemologia genética do suíço Jean Piaget – que ela diz não ser compreendido e, muito menos, aplicado: “As estruturas do pensamento são hereditárias, mas são herdadas somente ao nascer, porque, em seguida, começam a interagir com o ambiente e a construir as estruturas lógicas da ação e, depois, as do pensamento”, expõe. A função de assimilação é invariante no ser humano, ou seja, *conhecer* é uma necessidade como respirar, como exemplifica Léa: “Um bebê é um jovem cientista. Dá uma coisa para ele, vê o que ele faz. Vai desmontar, bater até quebrar, jogar no chão. O que ele está fazendo? Explorando. Para quê? Para saber como funciona. Esse é o cientista: com curiosidade, com desejo de conhecer”.

Alguma relação com os projetos de aprendiza-

gem? Toda. As crianças, elegendos os objetos de suas pesquisas, manifestam essa vontade de entender o mundo inerente à própria natureza humana. Assim, mesmo com a ausência de períodos determinados para o ensino de cada disciplina, a curiosidade pauta o aprendizado do aluno.

Para a professora, as barreiras fragmentadoras das disciplinas são expressão da sociedade industrial, que demandava pequenos segmentos de tempo para treinar habilidades específicas, o que deflagra a falta de sintonia com o mundo atual: “O tempo e o espaço da Internet não têm limite, não têm paredes. No entanto, o currículo é todo segmentado”, lamenta. Há professores que aceitam se aventurar com os projetos de aprendizagem, mas têm receio de que ocorra “perda de conteúdo”. Léa desafia: “Pega uma turma, pergunta o conteúdo que elas estudaram e vê quem sabe. No final, cada um constrói seu conhecimento de acordo com as oportunidades e condições que tem, de acordo com o que pode e com o que deseja. Se não há desejo, não há aprendizado”.

A pesquisa no fim do túnel - O problema para fazer dessa concepção uma regra é a resistência do paradigma educacional. Um dos motivos é a própria queda da noção de hierarquia entre aluno e professor promovida pelo método insurgente. Em uma sala de aula convencional, o menino Enzo nem teria cogitado abrir votação para se esquivar do dever de casa: “Os professores estão condicionados pela formação que tiveram, pela cultura que viveram e valorizaram, porque lhes deu poder”, comenta Léa, acrescentando que não há má intenção nessa postura: “É a cultura. Essa cultura não conhece o cérebro humano nem conhece a inteligência”. Além disso, não existe curiosidade para quem deve aprender com a rigidez dos livros didáticos e suas matérias inescapáveis.

A professora encerra a entrevista categoricamente: “O problema é que a escola tem de se dar conta de que aprender é aprender a fazer ciência, a pesquisar”. O professor Ítalo endossa: “O objetivo não é, necessariamente, formar pesquisadores, mas alunos que desenvolvam uma capacidade de questionamento diferenciada, e isso se dá por meio da investigação. A pesquisa propicia exatamente isso: uma construção de habilidades, de competências para questionar, para olhar para as coisas de outra forma”. Dizendo de outra maneira, os professores não precisam saber ensinar para que os alunos aprendam. Precisam saber aprender.

* Estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

** Estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico



A herança do proletariado

Grevistas participantes da primeira greve geral do país, em 1917, concentram-se na Azenha



ACERVO MUSEU DA UFRGS

Conquistas sociais Especialistas avaliam as trajetórias do movimento operário no Uruguai e no RS

Jornada máxima de oito horas diárias, férias remuneradas e seguro-desemprego foram conquistas obtidas por meio de muita luta e organização formal dos trabalhadores com o Movimento Operário. Tanto no Rio Grande do Sul como no Uruguai, os sindicatos foram os responsáveis pelos avanços na legislação social que garante qualidade de vida aos empregados. Agora, em função das mudanças tecnológicas e da crise econômica mundial, esses direitos estão ameaçados.

Com intensa cooperação internacional desde o seu início, os movimentos de trabalhadores assemelham-se em diversos aspectos, mas divergem em outros. Questões ligadas à cultura e às tradições de cada lugar marcam as manifestações, que mantêm o caráter inter-regionalista.

Origens - O começo do Movimento Operário é atribuído à vinda de europeus. “No final do século XIX, trabalhadores de vários lugares vieram para as cidades brasileiras, que estavam se tornando cada vez mais importantes. Com esse processo, os trabalhadores se organizaram para enfrentar a exploração e as condições precárias de vida”, explica o diretor do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul e professor do departamento de História da UFRGS, Benito Schmidt.

Ainda não havia nenhuma proteção social do Estado, e o trabalho infantil sequer era proibido. Para o historiador uruguaio Univerindo Rodriguez Diaz, pesquisador da Biblioteca Nacional do Uruguai, “a questão social ganhou força a partir do fim do século XIX, quando o movimento operário começou a se estabelecer. Várias correntes sindicais se envolveram na causa operária”.

Ao longo do século XX, manifestações de cunho trabalhista tomaram o planeta. Com o mote *Queremos oito horas para trabalhar, oito horas para dormir e oito horas para lazer*, os operários reivindicavam a regulamentação dos direitos e deveres dos trabalhadores. No começo, as paralisações eram setoriais e com baixa adesão, o que enfraquecia sua influência sobre os empregadores.

A primeira greve geral do sul do Brasil aconteceu em Porto Alegre, em 1906. Segundo o professor Benito, as estimativas mais baixas indicavam 3 mil operários parados, mas outras chega-

vam a falar em 5 mil. A redução da jornada de trabalho, que por vezes ultrapassava 14 horas diárias, era a principal exigência dos grevistas. Após 21 dias de paralisação, os operários conseguiram a diminuição para 9 horas diárias.

No âmbito nacional, duas grandes greves agitaram a classe operária e chamaram atenção para suas reivindicações. A primeira greve geral do Brasil ocorreu em São Paulo, em 1917, e se alastrou por todo o país. Na capital gaúcha, os manifestantes reuniram-se na Avenida da Azenha (foto). Dois anos mais tarde, nova paralisação. Entre as reclamações, a normalização da jornada de trabalho e o aumento do salário mínimo.

Cooperação internacional - O Movimento Operário sempre manteve uma característica universal com as organizações de diferentes países, amparando-se mutuamente para alcançar seus objetivos. Assim, se um local precisasse de auxílio, os trabalhadores de outras regiões mandavam apoio. “Havia uma troca de correspondências e jornais muito grande. Nessas publicações, saía uma coluna sobre o Movimento Operário Internacional, com notícias das conquistas regionais”, conta Benito. Ele lembra que, em uma das greves ocorridas no estado, a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) solicitou aos trabalhadores argentinos que estes se recusassem a aceitar empregos no país vizinho, pois, se o fizessem, estariam enfraquecendo a manifestação. O pedido foi atendido e a paralisação resistiu.

O professor esclarece que a base internacionalista é uma orientação extraída do Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels. “A ideia é a de que o proletariado não tem pátria. Seria um proletariado universal, que deve colaborar universalmente.”

Univerindo diz que a assistência aos demais países se dá também por meio da ida de militantes ao exterior, fortalecendo a troca de informações. “Em mais de 40 países há uruguaio sindicalistas, militantes políticos”, declara o pesquisador. Para ele, “a classe trabalhadora uruguaia é muito conectada às questões internacionais, porque o Uruguai recebeu muitos imigrantes europeus, anarquistas e socialistas, perseguidos pela guerra. Muitos deles participaram da Comuna de Paris. Essas pessoas trouxeram essa vocação internacionalista”.

Direitos conquistados - No Uruguai, houve a formação de sociedades de defesa dos trabalhadores, como a Federación Obrera Regional Uruguaya (Foru), de natureza anarquista, e a Federación Obrera Marítima, com influência socialista. A Sociedad Tipográfica Montevideana, estabelecida em 1870, é considerada o marco inicial do Movimento Operário daquele país.

Enquanto no Brasil a regulamentação da jor-

nada máxima de trabalho só foi conseguida em 1943, no Uruguai essa conquista foi alcançada quase 30 anos antes. Isso ocorreu devido às constantes reivindicações dos trabalhadores uruguaio, que conferem ao país um caráter mais politizado. “Historicamente, o Uruguai se caracteriza por ter uma legislação social avançada. As oito horas foram conseguidas formalmente em 1915”, explica Univerindo.

O processo de unificação da classe trabalhadora ocorreu em 1964, a partir da criação da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT). No entanto, ele admite que ter uma central única nacional, que reúne todos os trabalhadores do país, é uma particularidade do Uruguai. Univerindo ressalta que o permanente controle exercido pelos operários forçou os empregadores a respeitarem a nova regra e que, com a continuidade das exigências, outros direitos foram conseguidos. Porém, durante a ditadura civil-militar (1973-1985), algumas dessas conquistas retrocederam. A CNT foi ilegalizada, dando lugar ao Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT). No retorno à democracia, as duas entidades juntaram-se, criando a PIT-CNT, que continua sendo a única central uruguaia.

No Brasil, a regulamentação dos direitos dos trabalhadores teve início com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, que garantiu direitos como o descanso semanal e as férias anuais remuneradas. Sua intenção, segundo Benito, era diminuir o alcance do proletariado. “Vargas limitou a jornada diária em 8 horas, mas impôs um maior controle do governo sobre as organizações trabalhistas. Ele teve atuações repressivas sobre uma série de correntes operárias e procurou atrelar o movimento ao Estado. Os sindicatos, para funcionar, não podiam ser independentes – precisavam ser cadastrados no Ministério do Trabalho. Isso os fez perder autonomia.”

Nos anos de governo militar no Brasil (1964-1985), o movimento sindical tornou-se ainda mais dependente do Estado. Conforme o professor da UFRGS, “esse modelo corporativista se prolongou, e todas as entidades e os líderes mais combativos foram reprimidos”. No final dos anos 70, os trabalhadores voltam a articular-se politicamente. “Há a organização do Movimento dos Metalúrgicos do ABC Paulista, cujo maior expoente é o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. No Rio Grande do Sul, a grande força dessa retomada são os bancários”. É o chamado Novo Sindicalismo. Nesse contexto, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi criada em 1983, com o objetivo de defender os direitos da classe operária.

Leila Ghiorzi, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabco

Novas pautas para o sindicalismo

As relações de trabalho, a partir da consolidação da política neoliberal e da globalização, transformaram-se de forma muito rápida. O aumento do desemprego, agravado pela crise econômica atual, deu origem a tentativas de controlar o mercado de trabalho. Entre as opções, estão o emprego temporário ou em período parcial e a atividade autônoma. Os sindicatos, como entidade de representação do assalariado, não oferecem mais segurança, e alguns teóricos chegam a apostar no fim do sindicalismo. O professor do departamento de Sociologia da UFRGS, Fernando Cotanda, discorda: “Enquanto houver a relação entre capital e trabalho, persistirão os sindicatos”. No entanto, aponta para a necessidade de modificação da entidade. “Há, sim, uma crise do tipo de sindicato que existe agora. É uma tarefa a reflexão sobre o que ele significa hoje. Precisa haver uma reformulação, pois essas entidades perderam muito do seu desempenho, do seu poder regulatório da economia.”

Benito Schmidt, professor do departamento de História da UFRGS, também aposta nessa mudança: “O movimento tem que dar conta de situações novas e de problemas antigos. Um desafio importante agora é a questão do desemprego. Antes, o alvo era batalhar pelos direitos do trabalhador. Atualmente, é a luta para conseguir trabalho. Outro tema é o mercado informal. As entidades dão conta de trabalhadores com carteira assinada. Mas como lidar com a categoria que vive na informalidade, que não tem direitos?”, questiona. Ele ressalta também que a busca pela autonomia continua, pois muitos dos representantes do Novo Sindicalismo são hoje integrantes dos governos. A parceria com organizações de produção de conhecimento, como universidades e institutos de pesquisa, se faz necessária. Na opinião de Cotanda, para uma entidade sindical, as transformações do mundo do trabalho são de difícil observação. Então, elas precisam da criação desses vínculos. É a oportunidade de buscarem apoio para melhor diagnosticar a realidade, que é cada vez mais complexa”, conclui o sociólogo.



Comportamento
Hospital de
Clínicas faz
estudo pioneiro
sobre uso de
ecstasy

“A festa, em todas as sociedades humanas, é o espaço social privilegiado para o consumo de substâncias ilegais e perigosas. Durante as raves, os participantes estão experimentando e criando outras formas de interação, testando alguns limites sociais e individuais”, reflete a doutoranda em Antropologia pela USP Carolina de Camargo Abreu.

Essas relações entre o uso do MDMA, conhecido popularmente como ecstasy, e as festas de música eletrônica deram origem à mais recente investigação do Centro de Pesquisa em Alcool e Drogas (CPAD) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, financiada pela Fundação Fogarty e pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa (Fipe). Criado a partir de um estudo similar realizado na Universidade de Delaware (Estados Unidos), sob coordenação do sociólogo James Inicardi, o projeto tem como título “Padrões de uso e dependência de drogas na cultura rave brasileira – o impacto do consumo de MDMA/ecstasy em usuários de Porto Alegre”.

Origem e ação - Patentada pelo laboratório farmacêutico Merck em 1914, na Alemanha, a substância foi sintetizada como supressor de apetite, porém nunca chegou a ser utilizada para este fim. As sensações de euforia e sensualidade proporcionadas por ela deram origem ao seu uso recreativo na década de 70, sendo proibido no Reino Unido em 1977 e nos Estados Unidos em 1985.

Também conhecida como “pílula do amor”, devido a sua ação alucinógena e estimulante, ela aumenta o amor próprio, a vontade de interagir fisicamente com os outros e a percepção dos sentidos. “O ecstasy é derivado de uma anfetamina, ele libera energia extra, sensação de bem-estar e de potência. Algo parecido com a cocaína, mas com efeitos posteriores

mais brandos”, explica a psicóloga Lysa Remy, uma das investigadoras do projeto do CPAD.

A ação da droga intensifica a atividade de neurotransmissores como a serotonina, a noradrenalina e a dopamina, responsáveis pelo aumento de ânimo, pela elevação da temperatura corporal e pela necessidade de toque. “Existe uma liberação geral, por conta de uma intoxicação no cérebro, mas os dias posteriores ao uso tendem a ser caracterizados por um humor mais deprimido”, esclarece a psicóloga.

Carência de informação - A falta de dados científicos sobre o uso de ecstasy no Brasil e, especialmente, na capital gaúcha foi a principal motivação para o projeto. Lysa diz que as poucas informações existentes sobre o assunto são, em sua maioria, resultado de estudos realizados nos Estados Unidos ou na Europa. Para ela, enquanto no exterior já se discutem políticas de tratamento, no Brasil estão apenas descobrindo os efeitos da droga. “Em Porto Alegre ainda não há uma pesquisa que entreviste os usuários e os acompanhe ao longo do tempo”, afirma.

Para o psiquiatra Flávio Pechansky, diretor do CPAD, por enquanto não se pode prever nenhum resultado, justamente por ser um tema pouco investigado. “Não sabemos nem mesmo se a substância consumida é realmente MDMA. Temos apenas os relatos dos usuários.” A falta de interesse deve-se ao menor risco em relação a drogas como crack e cocaína, além de uma compreensão do impacto social mais discreto, devido ao uso setorializado. “Ninguém sai na rua e agride outra pessoa por ter usado ecstasy; seus efeitos são contrários, por isso é a ‘pílula do amor’”, esclarece o médico.

Metodologia - O projeto teve início em 2008, quando um grupo focal foi



CARL DWYER/WWW.SXC.HU

Os riscos da pílula do amor

criado para examinar como operava a cena eletrônica. A partir desses primeiros entrevistados, a equipe do CPAD aprendeu sobre os diferentes tipos de festas, músicas e grupos existentes nesse universo. Cada um desses indivíduos, chamado de *sead* (semente em inglês), recebeu três cartões, que deveriam ser distribuídos a outros usuários. Estes, caso houvesse interesse, entravam em contato e participavam da pesquisa, recebendo também três cartões ao final da primeira entrevista, e assim progressivamente.

Esses depoimentos, pelos quais se descobriu forte relação entre o público usuário e a Internet, serviram de base para o desenvolvimento do modo

de divulgação. Além dos cartazes e flyers distribuídos nos eventos, o projeto possui perfil e comunidade em um site de relacionamentos e um e-mail pelo qual os interessados podem esclarecer dúvidas. “A gente descobriu que esse público tem uma característica muito eletrônica, pela música, pelo Orkut e pelo MSN, que fazem parte da vivência desses jovens. Assim, nós achamos que chegaríamos neles rapidamente, o que temos conseguido”, diz a psicóloga.

A pesquisa, que ainda está na fase de coleta de dados, tem como meta entrevistar 200 usuários com idade entre 18 e 39 anos que tenham consumido MDMA nos últimos noventa

dias. Cada indivíduo será acompanhado por doze meses, sendo avaliado três vezes durante este processo. As coletas individuais duram em média quatro horas e compreendem questionários, entrevistas e testes. “O principal foco é compreender como eles percebem o uso da droga. São investigadas as formas de viver esse uso, os comportamentos de risco, a percepção sobre liberalização, a possível relação com doenças psiquiátricas e os impactos sociais, emocionais e cognitivos”, afirma o médico.

Luciane Costa, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

Dica de leitura

Festa Infinita - O entorpecente mundo das raves, de Tomás Chiaverini, Ediouro, 2009, 320 págs., R\$ 50 (valor médio).

O autor, jornalista que trabalhou na Folha de S. Paulo, apresenta a história das festas rave no Brasil e faz um perfil de seu público. Para isto, ele frequentou eventos de música eletrônica em diferentes lugares do país, realizou entrevistas com DJs e produtores, conviveu com os frequentadores e, inclusive, experimentou ecstasy.



O mundo das raves

Cores intensas, luzes fluorescentes, música eletrônica e espaços afastados dos centros urbanos: essas são algumas das características comuns aos muitos tipos de raves existentes. Realizadas há cerca de 13 anos no Brasil, elas aumentaram sua popularidade nos últimos anos, tornando-se um dos principais eventos para jovens e levando o país ao primeiro lugar em número de festas do gênero no mundo.

Segundo a antropóloga da USP Carolina de Camargo Abreu, as raves surgiram no início do século XXI em razão de sentimentos como ansiedade, esperança e desilusão. Nesse sentido, “a festa, performance espontânea, é a expressão da experiência urbana da sociedade tecnológica”. Assim, a música eletrônica não é apenas produzida por máquinas, mas também imita seus sons, paisagem sonora das cidades. “Na festa, o ritmo ditado pela máquina – que marca a velocidade dos movimentos do trabalho na cidade – é subvertido para se tornar o tempo a ser dançado. Motores, sirenes são algumas dessas unidades musicais”, conclui Carolina.

A “bala”, como é chamado o MDMA pelos usuá-

rios, devido à sua apresentação em forma de pastilhas, associa-se a esse contexto pelo seu efeito estimulante. “As raves duram muito tempo; a escolha pelo ecstasy é para estimular esse sentido do dançar, pela energia extra que ele dá”, aponta a psicóloga Lysa Remy. É possível, ainda, estabelecer uma relação entre a música eletrônica e a ação da droga: “Esse tipo de som potencializa o efeito, devido a sua pouca variação. Já ouvimos relatos de usuários que relacionam o ritmo da música a tambores tribais ou às batidas do coração”, acrescenta o professor Flávio Pechansky.

Uma fala comum entre os consumidores do MDMA é que ele não causa dependência ou danos ao organismo. Mas, para a psicóloga, não é bem assim: “Há estudos americanos sobre destruição e sobrecarga de neurônios bastante preocupantes. O vício do ecstasy não é como o da cocaína, pois aparentemente não apresenta crise de abstinência. Sobre ele, o que sabemos é que a dependência é psicológica. O corpo não precisa pedir, a cabeça pede”.

De acordo com Pechansky, o que ocorre é uma necessidade menor do uso da substância, devido a

sua longa duração. Ele lembra, porém, que seus danos não devem ser medidos a curto prazo e que o mais importante a ser estudado é a exposição ao risco durante o uso. Ao contrário do alarde existente em relação aos casos de ataques cardíacos ocorridos, o médico imagina que não estejam aí os principais danos ligados ao ecstasy. Para ele, o maior perigo estaria na liberação proporcionada, como o sexo casual sem proteção e a interação com álcool e outras drogas. Pechansky adverte que a associação com bebida, maconha ou outros alucinógenos pode levar a uma interação química com efeito tóxico e aumentar a perda de noção.

PARA PARTICIPAR

Os interessados podem agendar uma entrevista com o Centro de Pesquisa em Alcool e Drogas (CPAD) pelo telefone 3330-5813 ou pelo e-mail pperspectiva@gmail.com. O estudo também possui um perfil e uma comunidade no site de relacionamentos Orkut – basta realizar uma busca por Projeto Perspectiva UFRGS.

Perfil dos usuários

“O público frequentador das raves – apesar de ainda não existir nenhum estudo no qual se defina isso – situa-se na faixa etária entre os 20 e os 30 anos e pertence às camadas socioculturais ricas”, refere Carolina.

Por enquanto, as coletas feitas pelo CPAD têm confirmado isso. A psicóloga Lysa Remy relata que os usuários são, em sua maioria, universitários pertencentes às classes média e média alta que estudam e trabalham, e consomem a substância apenas nas festas.

Beatriz (nome fictício), 25 anos, é DJ em festas de música eletrônica, as

quais frequenta pelo menos duas vezes por semana. Foi trabalhando que ela recebeu da equipe do CPAD um folder de divulgação da pesquisa. Apesar de não consumir ecstasy há meio ano, a jovem se interessou em participar do projeto para dar a sua visão sobre o uso da substância. A primeira experiência com a droga ocorreu há cerca de um ano, por influência de amigos, porém agora ela não julga mais necessário o uso. “Eu parei porque vi que não preciso desse efeito, não vale a pena. Posso aproveitar, tendo uma percepção natural da realidade”, garante.



Procuram-se mecenas

Economia
Ministério da Cultura
estimulou a sociedade
a discutir a polêmica
Lei Rouanet

Caroline da Silva

“Não conseguimos criar um mecenato no Brasil.” A frase de Juca Ferreira, dita no dia 30 de abril na Assembleia Legislativa, em Porto Alegre, sintetiza a angústia do Ministério da Cultura que resultou na exposição da conhecida Lei Rouanet à consulta pública. Identificando distorções no sistema de financiamento das atividades culturais no país, o ministro viajou a diversas capitais a fim de ouvir a comunidade artística sobre a nova proposta de lei que visa descentralizar as verbas, fortalecer a sustentabilidade dos projetos e fomentar a democratização do acesso à Cultura em todas as regiões.

Primordial para o desenvolvimento cultural à época do Renascimento, o mecenato surgiu na Roma Antiga, quando Caio Mecenas instituiu a prática de fomentar a produção artística com fundos do próprio bolso. Assim, a figura seria o patrocinador generoso dos artistas, cientistas ou literatos. Historicamente, exerceram essa função príncipes, condes, bispos e ricos comerciantes, a fim de conseguir prestígio na sociedade.

Rouanet - Rozane Dalsasso, representante do MinC Regional Sul, ministrou oficina sobre modelos de financiamento durante o Congresso Economia, Cultura e Sociedade, realizado na UFRGS de 4 a 6 de maio. Ela explicou que a lei federal de incentivo à Cultura n.º 8.313/1991, que acabou carregando consigo o sobrenome do Secretário de Cultura do governo Collor, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), tendo três mecanismos distintos: o Fundo Nacional de Cultura (FNC), os fundos de investimento cultural e artístico (Ficart) e o mecenato.

O mecenato pode assumir duas formas: doação (sem publicidade) e patrocínio (promoção ao incentivador). A grande crítica ao sistema vigente é que os patrocinadores priorizam projetos com alto retorno de imagem e ênfase em marketing. Na audiência pública no auditório Dante Barone da Assembleia, o ministro informou que 3% dos proponentes captam cerca de 50% dos recursos: “Os números são escandalosos, estamos dando dinheiro para privatizar a Cultura”.

Demonizações - Pesquisadora da Economia da Cultura que também esteve no congresso, Ana Carla Fonseca Reis concorda com a tese de que o contexto tem de ser revisto, mas aponta uma visão equivocada das circunstâncias: “O que me preocupa é que, da forma como esse debate vem sendo apresentado, parece que a gente, por ter se eximido de tomar alguma atitude quando ela deveria ter sido tomada, busca culpados. Ninguém que hoje utilize a Rouanet o faz de forma ilegal ou sem a anuência do próprio Governo, que, afinal de contas, é quem dá as cartas. Depois de ter deixado esse processo ser cozido ao longo de seis anos, dizendo ‘é preciso mudar’, sem tomar o protagonismo quando lhe cabia, não dá para dizer agora que o Estado de São Paulo, os produtores do Rio de Janeiro, o Bradesco ou o Cirque du Soleil são os grandes vilões”.

A professora avalia que a legislação tem de ser repensada, em especial nos seus percentuais de isenção e no que traz atrelado de participação social, mas não acredita que, transferindo a gestão do recurso para o Governo, a questão vai ser mais bem gerida. “Temos aí uma contraposição à tendência mundial, que é de deixar a administração com o setor privado, desde que sob diretrizes muito claras do setor público, que não existem.” A pesquisadora cobra uma discussão sinérgica e abrangente sobre o tema, defendendo que a apropriação da gestão da Cultura pelo setor público, sem que certas diretrizes sejam de fato discutidas e compartilhadas, não é a melhor estratégia.

Na abertura do Congresso Economia, Cultura e Sociedade, Paulo Brum, do MinC, representando Juca Ferreira, expôs a questão da distribuição justa e democrática dos recursos da União – uma vez que o valor renunciado é público – e disse que o objetivo não é demonizar São Paulo. O assessor do ministro afirmou que todas as universidades brasileiras deveriam estar envolvidas no debate, porque são espaços de reflexão e poderiam mobilizar professores e estudantes.

Cultura de doação - Ângelo Ronaldo Pereira da Silva também pensa que é papel da Universidade participar da discussão. O vice-pró-reitor de Extensão acompanhou a audiência pública na Assembleia Legislativa e considera um avanço exigir mais recursos privados para o financiamento da Cultura, apesar do mo-



O ministro Juca Ferreira durante audiência pública na Assembleia Legislativa

MARCO COUTO/AL

mento de crise econômica. “A ideia é justamente de que o Estado não dê todo o dinheiro; ele dá uma parte e as empresas têm de entrar com outra parcela.”

À frente de uma secretaria que lida diretamente com patrocínio via Lei Rouanet, outro representante da UFRGS no auditório Dante Barone foi o professor André Luis Martinewski. Grande parte dos recursos para a restauração dos prédios históricos é captada por meio de renúncia fiscal e, como os projetos hoje se encaixam no artigo 18 da Lei Federal de Incentivo à Cultura, o fator de dedução do Imposto de Renda é total. Embora haja o temor do efeito das alterações, o Secretário de Patrimônio Histórico acha salutar que o Ministério tenha aberto o debate com os atingidos pela legislação, pois aumenta a probabilidade de que ela seja mais justa. “Mas, até que essa mudança seja bem compreendida, talvez a Secretaria tenha algum impacto negativo. Porque, no momento em que foi retirada a dedutibilidade integral da doação, muita gente deverá se retrair. De qualquer maneira, isso nos permitirá ver se, ao longo da vigência da antiga lei, se conseguiu criar uma cultura de doação”, analisa o secretário.

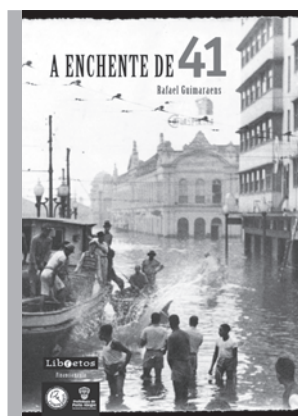
HISTÓRIA DO INCENTIVO FISCAL NO PAÍS

O incentivo para a Cultura no Brasil via benefício fiscal data de 1986, com a Lei Sarney. Com o propósito de fomentar o investimento nas atividades culturais, pessoas físicas poderiam deduzir 10% do Imposto de Renda e pessoas jurídicas, 2%. Era permitida a transação direta entre o patrocinador e o produtor artístico. A lei foi extinta na gestão do presidente Fernando Collor, juntamente com o Ministério da Cultura, que havia sido criado também pelo governante anterior.

Mais tarde, ainda no período Collor, o então Secretário de Cultura, Sérgio Paulo Rouanet, propôs a revisão da Lei Sarney, dando origem à Lei 8.313/1991. Os percentuais de dedução do IR devido passaram a até 6% para pessoa física e a até 4% para pessoa jurídica. Regulamentada somente em 1994 no governo Fernando Henrique Cardoso, entrou definitivamente no mercado a partir de 1995.

A consulta pública sobre alterações na proposta de nova lei terminou no último dia 6 de maio. Ainda não há data definida para o Projeto de Lei ser encaminhado ao Congresso, mas o processo pode ser acompanhado no blog da Lei Rouanet, no site do MinC: <http://blogs.cultura.gov.br/blogdarouanet>.

JU indica



A enchente de 41

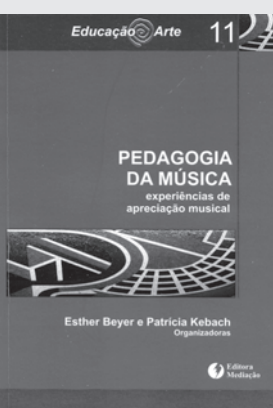
De Rafael Guimarães, Libretos, 2009, 100 págs., R\$ 20 (valor médio)

O livro resgata os acontecimentos dos meses de abril e maio de 1941, quando Porto Alegre viveu a maior catástrofe de sua história: uma enchente de 22 dias, que desabrigou cerca de 70 mil pessoas. Ilustrada por 120 imagens de fotografias da época, a obra compõe um álbum dividido em três capítulos: no primeiro, o leitor é apresentado à rotina porto-alegrense nos anos 40, suas atrações culturais e seu cenário político; no segundo, a partir da reconstrução de relatos publicados pela imprensa local, o autor produz uma grande reportagem que descreve a subida das águas e seus efeitos sobre a cidade e seus moradores; o capítulo final acompanha as discussões que culminariam na construção da Cortina de Prote-

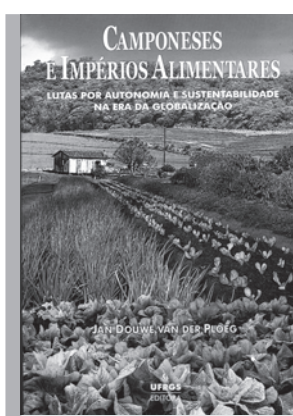
ção - nome técnico do muro da Mauá, erguido entre 1971 e 1974. A enchente, que teve início no período de Páscoa, atingiria seu ponto máximo em 8 de maio, quando as águas chegaram a 4,76m acima do nível normal. Além disso, o forte vento sul provocou o agravamento da enchente mesmo depois do fim das chuvas. A capital gaúcha experimentou dias insólitos, com as ruas centrais tomadas por barcas que transportavam passageiros para os mais diversos pontos, em especial para a Zona Norte. Os flagelados enfrentaram escassez de alimentos, falta de luz e de água potável, enquanto Porto Alegre teve suas atividades econômicas paralisadas, pois cerca de um terço das indústrias foram alagadas. (Ânia Chala)

Pedagogia da música – experiências de apreciação musical

De Esther Beyer e Patrícia Kebach (orgs.), Editora Mediação 2009, 1.ª edição, 157 págs., R\$ 22 (valor médio)



Organizado pelas professoras Esther Beyer e Patrícia Kebach, o livro reúne uma série de estudos feitos por arte-educadoras ligadas ao Grupo de Pesquisa em Educação Musical (Gemus), do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS. Os textos abordam a importância da educação musical como forma de difusão da diversidade cultural, com temas que vão desde a relação entre música e dança até a percepção de sons expressa em Língua de Sinais. No estudo “Cantigas de ninar: fadas e bruxas de mãos dadas para um sono tranquilo”, de Ana Paula Melchior Stahltschmidt, Maria Luiza Feres do Amaral e Regina Finck, por exemplo, são analisadas a expressividade subjetiva presente em canções de ninar e a sua relação com o ambiente familiar. (Luciane Costa)



Camponeses e impérios alimentares – Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização

De Jan Douwe Van Der Ploeg, Editora da UFRGS, 2008, 376 págs., R\$ 40 (valor médio)

O autor, professor na Universidade de Wageningen (Holanda), sustenta que tanto em países industrializados como naqueles em desenvolvimento está em curso um processo complexo e variado de recampesinização, que faz com que os camponeses já sejam mais de um bilhão em todo mundo. O livro se baseia em três estudos de caso realizados no Peru, na Itália e na Holanda, que abrangem um período de trinta anos de pesquisas, combinando diferentes perspectivas analíticas que mesclam a literatura que vem da tradição dos estudos sobre campesinato, a sociologia do desenvolvimento, a sociologia rural, a economia neoinstitucionalista e os debates em torno do tema Império. A obra faz parte da série Estudos Rurais. (Ânia Chala)



Em busca de um público mais diversificado

Artes plásticas

Preço do ingresso de exposição educativa que esteve em Porto Alegre provoca debate sobre acesso universal à cultura

A exposição “Corpo Humano Real e Fascinante”, que já percorreu 34 cidades no mundo todo, esteve em Porto Alegre até o final do mês de maio. A mostra internacional revelava o funcionamento do organismo e de seus sistemas, exibindo corpos e órgãos de chineses participantes de um programa de doação em benefício da ciência. As peças expostas passaram por um processo de polimerização e foram divididas em setores que representavam a estrutura do corpo humano, evidenciando o caráter educativo da exposição. Por esta razão, o evento seria de interesse de toda a comunidade e principalmente do público escolar; o valor do ingresso, entretanto, acabou fazendo com que nem todos pudessem prestigiá-lo. “Achei o preço de 40 reais bem salgado. Estudantes pagam meia-entrada, mas mesmo assim tem gente que não pôde vir”, lamentou a vestibulanda Lunara Antunes, que viajou de Santa Maria e estava muito satisfeita com o que viu.

Na capital gaúcha, o número de visitantes foi significativo, mas não alcançou a estimativa de 150 mil pessoas prevista pela empresa que realizou o evento. De acordo com Stephanie Mayorkis, organizadora da mostra, os custos são muito altos e seria impossível cobrar menos. Por isso, apesar de ter levantado a informação de que Porto Alegre é uma cidade em que a grande maioria das exposições é gratuita, o valor da entrada aqui foi semelhante ao cobrado em outros locais. César Prestes, diretor do Museu de Artes do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS), acredita que os gaúchos em geral estão acostumados ao acesso gratuito a exposições: “O pessoal daqui achou estranho receber exposição com apelo didático tão forte e com esse preço. A gente entende que é um projeto particular, que tem uma despesa de manutenção, mas

deveria ter existido uma sensibilidade deles [dos promotores] no sentido de criar um dia de graça para o acesso de pessoas mais carentes, como é feito no mundo inteiro”.

Tradição - A política em relação à cobrança de ingresso nos museus do estado e principalmente da capital é bem definida e prioriza a entrada gratuita. Exposições educativas e artísticas seguem essa linha ou, no máximo, cobram um valor simbólico para a visitação. A diretora do Museu da UFRGS, Cláudia Porcellis Aristimunha, pensa que a Universidade teve papel importante na formação dessa tradição na cidade. “Aqui na UFRGS, nas décadas de 70 e 80, ocorriam eventos culturais maravilhosos, e a gente não pagava nada. O próprio Unicultura surgiu em 1981 e tinha essa preocupação”, destaca Cláudia, para quem o acesso à cultura em um país como o nosso precisa ser gratuito. Segundo ela, o Museu cumpre essa tarefa: “Não faz sentido cobrarmos ingresso porque queremos atingir não só a comunidade universitária, mas o público em geral e as escolas de educação básica”.

Mônica Zielinsky, professora do Instituto de Artes e coordenadora da Equipe de Catalogação e Pesquisa da Fundação Iberê Camargo – onde a entrada também não é paga –, considera a cultura da gratuidade uma questão polêmica: “Por um lado, grande parte das pessoas não tem poder aquisitivo, e a não cobrança auxiliaria a ‘democratização’ da cultura. Por outro, as pessoas sempre gastam em alguma coisa, fazem um lanche, então talvez cobrar uma pequena taxa não influenciaria tanto na questão do acesso”. Mônica lembra que existe uma tendência de alteração desse quadro. “É possível que esses eventos comerciais sejam cada vez mais frequentes e impliquem ingressos mais



Espaços como a Fundação Iberê Camargo mantêm políticas de acesso gratuito às exposições

caros. O fato está ligado ao momento histórico, uma vez que a circulação de ‘mercadorias’ está presente em todos os setores da sociedade”, opina.

O professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará (UECE) Alexandre Barbalho defende que o Estado precisa equilibrar esse panorama. “As políticas culturais devem funcionar como um contraponto à mercantilização da cultura, garantindo as expressões que não sobrevivem ou não querem se inserir na lógica do mercado”, afirma. Nesse sentido, César Prestes define como obrigação do Margs possibilitar o acesso a toda a comunidade: “A instituição é mantida pelo dinheiro público e faz uso de leis de renúncia fiscal, do ICMS e do Imposto de Renda. O máximo que pode ser feito é a solicitação da doação de 1kg de alimento não perecível para atribuir valor ao projeto e promover o reconhecimento do esforço que fazemos, além de ajudar outra área do governo”.

Diversidade - A Fundação Bienal do Mercosul entende que um evento de grande porte como a Bienal, que tam-

bém é realizado com recursos de isenção fiscal e não tem fins lucrativos, deve ser oferecido gratuitamente ao público. “Cobramos ingresso nas duas primeiras bienais, em 1997 e 1999, e destinamos a renda a entidades assistenciais. A partir da terceira, com o aprimoramento do projeto, deixamos de cobrar”, conta Mauro Knijnik, presidente da 7.ª edição do evento. Dentre os objetivos estabelecidos pela Fundação, destaca-se a preocupação com o acesso universal – o que Mauro considera bem-sucedido, já que nas seis edições da Bienal o total de pessoas que visitaram as instalações chegou a 3.616.556, quantidade quase três vezes maior que a população de Porto Alegre.

Atualmente, em função de discussões sobre a ampliação da popularização da cultura, as instituições buscam um público cada vez mais heterogêneo. “Antes não havia esse interesse, mas agora a procura pela diversificação das pessoas que frequentam as exposições é preocupação constante das instituições”, explica Mônica Zielinsky. No entanto, segundo o professor Alexandre Barbalho, oferecer entrada franca não seria a melhor so-

lução: “A questão do acesso aos equipamentos e bens culturais não se resolve com a gratuidade, pois se o abismo simbólico que separa historicamente as classes populares do circuito institucional da cultura não for superado, o público permanecerá elitizado”.

A crença de que a superação desse obstáculo em nosso país será realmente possível por meio da educação é unânime. “É preciso um enorme esforço no sentido de focar nos processos formativos e realizar um trabalho conjunto das políticas de cultura e de educação. Só com a formação, a cultura poderá ser apropriada por todos os setores populacionais”, defende o professor. Cláudia Porcellis Aristimunha concorda e acha fundamental investir na educação básica, pois é nessa fase que se desenvolve o interesse, fato comprovado pela sua própria experiência: “Lembro da primeira exposição que visitei. Eu era bem pequeninha, frequentava a educação infantil, e nunca me esquecerei da descida do ônibus e da entrada no museu. Isso ficou na minha cabeça até hoje e fez com que me interessasse pela cultura”.

Instituições investem em projetos destinados ao público escolar



FLAVIO OUTRA/PROJETO CONTATO

Mauro Knijnik, presidente da Fundação Bienal do Mercosul, acredita que o trabalho desenvolvido com crianças em idade escolar nas bienais já vem dando frutos: “Hoje, o nosso público é diversificado, principalmente em razão do grande investimento na educação para a arte que realizamos no ensino básico”. O Projeto Pedagógico desenvolvido pela Fundação promove o envolvimento de professores das redes pública e privada de ensino de todo o estado, a distribuição de material pedagógico, além da realização de simpósios, palestras, oficinas e diálogos com artistas. O programa, que recebeu 150 mil estudantes na sua última edição, transformou-se em referência no País e é visto como uma contribuição para a discussão sobre arte-educação.

O Museu da UFRGS também realiza um trabalho focado na educação básica: “A gente faz a divulgação dos eventos e nos colocamos à disposição um dia por semana para receber professores, falar sobre a exposição e auxiliá-los, mostrar como aquilo pode ser abordado em sala de aula”. Muitos colégios já fazem parte do público cativo da instituição, levando várias turmas para visitar as mostras do Museu. “Queremos ampliar um pouco o público e encontrar uma forma de ter

retorno, uma prova de que a vinda ao Museu não é só um passeio”, acrescenta a diretora.

Neste sentido, César Prestes pretende não apenas trazer cada vez mais estudantes ao MARGS, mas também levar a instituição para dentro da sala de aula de todas as escolas estaduais. “Estamos desenvolvendo um projeto com a Secretaria de Educação do Estado com o intuito de levar para esses alunos o conhecimento da cultura, utilizando nosso acervo permanente e itinerante, transformando isso em uma disciplina de estudo como as outras”, revela o diretor. O MARGS promove um trabalho com colégios cadastrados e faz uma mediação voltada para esse público; porém, com o novo programa previsto para ser executado a partir do próximo ano, o diretor quer mais: “Utilizando justamente a educação, queremos formar o olhar dessas crianças e ampliar as suas possibilidades de sentir o mundo através da cultura. Esse é o meu sonho”. Com certeza, esse também é o desejo de todos os que buscam um futuro melhor para o Brasil e sabem que a democratização da cultura representa um grande primeiro passo.

Jaqueline Crestani, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



Redação: Ánia Chala | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE

Propostas de novos artistas

Projeto Uniarte
Pinacoteca Barão de Santo Ângelo apresenta Projetos de Graduação em Artes Visuais

No próximo dia 10 de junho, às 19h, a Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes da UFRGS inaugura a exposição **Projetos de Graduação em Artes Visuais 2008/2**. Idealizada pelo Projeto Uniarte da Pró-reitoria de Extensão, a mostra apresenta os trabalhos de conclusão produzidos no segundo semestre do ano passado por alunos do curso de Artes Plásticas da Universidade.

Mais de 20 artistas estão expondo o resultado de suas pesquisas em pintura, desenho, vídeo, escultura, cerâmica, gravura, instalação e fotografia. Entre os trabalhos, destaque para a obra de Juliana Lima, intitulada "O reverso como matriz" (foto). Com curadoria da professora Ana Albani de Carvalho, a



mostra reúne também os trabalhos de seis pesquisadores em história, teoria e crítica e dos formandos de Licenciatura em Artes. A exposição pode ser visitada até 25 de junho, de segunda a sexta-feira, das 10h

às 18h, na Pinacoteca Barão de Santo Ângelo (Rua Senhor dos Passos, 248 - 1.º andar). A entrada é franca, e mais informações podem ser obtidas pelo telefone 3308-4302 ou através do e-mail iapin@ufrgs.br.

EXPOSIÇÕES

Fragmentos da História da Dança no RS



Mostra de artefatos, documentos e fotos que contam a trajetória da dança no estado. Destaque para as fotos de João Luiz Rolla, Tony Petchold e Lya Meyer - nomes fundamentais para a história do balé gaúcho. A mostra é uma homenagem do Centro de Memória do Esporte da ESEF à Dança, um dos novos cursos de graduação da UFRGS. Visitação: até 15 de junho, de segunda a sexta-feira, das 14 às

18 horas
Local: Ceme
Entrada franca

Mil Anos dos Judeus na Polônia

Exposição documental que conta a história milenar dos judeus na Polônia, a partir do século X até os dias de hoje. Produzida pelo Instituto Adam Mickiewicz com o apoio do Consulado-geral da República da Polônia em Curitiba e

da Federação Israelita do RS. Visitação: até 26 de junho, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h; sábados e domingos, das 10h às 17h
Local: Museu da UFRGS
Informações e agendamento para visitas de grupos e escolas pelo site www.museu.ufrgs.br/agendamento
Entrada franca

PLANETÁRIO

Projeto Selene

Observação da Lua, de planetas e de astros notáveis no céu de Porto Alegre por meio de telescópios instalados no pátio do Planetário. Caso as condições climáticas não sejam favoráveis, a atividade será cancelada. Data: 27 e 28 de junho (sábado e domingo)
Local e horário: Planetário da UFRGS, logo após às 18h
Entrada franca

MÚSICA

Núcleo de Estudos da Canção

Projeto realizado em parceria do Departamento de Difusão Cultural com o Instituto de Letras e o Departamento de Música do Instituto de Artes. Nesta edição, o músico Carlo Pianta falará sobre a diferença da harmonia das músicas de Tom Jobim no início de sua carreira em relação à harmonia da canção norte-americana. Data: 9 de junho (terça-feira)
Local e horário: Sala Fahrion, às 18h30min
Informações pelo e-mail unimusica@ufrgs.br

sandrini (piano). Regência do maestro Stanley DeRusha. Data: 30 de junho (terça-feira)
Local: Salão de Atos da UFRGS, às 20h30min
Ingressos: R\$ 20 na bilheteria do Salão, das 11h às 19h
Estudantes, professores e técnicos da UFRGS podem retirar gratuitamente até dois ingressos por pessoa no Depto. de Difusão Cultural.

Kristoff Silva



Show com o violonista, cantor e compositor no projeto Unimúsica. Também autor de trilhas de teatro, poesia e dança, Kristoff toca desde os oito anos de idade. Tem lançados os CDs *Em pé no porto* e *A outra cidade*. No dia seguinte à apresentação, às 14h, na Sala Fahrion da reitoria, haverá a oficina *Jogos de Musicalização*, que apresenta propostas lúdicas de sensibilização musical. Data: 2 de julho (quinta-feira)
Local: Salão de Atos da UFRGS, às 19h
Retirada de ingressos mediante a doação de 1kg de alimento a partir de 29 de junho na bilheteria do Salão de Atos

OSPA-UFRGS

5.º CONCERTO SÉRIE OFICIAL Festival Mendelssohn - 200 anos de nascimento em homenagem à Sociedade de Psiquiatria do RS. Solista: Olinda Alles-

CINEMA

Imagem e conceito: Filosofia, Cinema e Educação

Ciclo de filmes da Faculdade de Educação para o debate das relações entre Filosofia e Educação e partir de uma abordagem histórico-conceitual.

A VIDA DOS OUTROS *E a tal liberdade?* (Alemanha, 2006, 137 min.), de Florian Donnermark. Ministro da Alemanha Oriental ordena que o maior dramaturgo do país seja vigiado, apesar de nada haver contra ele. Sessão: 18 de junho (quinta-feira)
Local e horário: Sala 601 da Faced às 18h30min

Contos de Nova Iorque e outras histórias

Seleção de filmes de Francis Ford Coppola, Martin Scorsese, Woody Allen e Sofia Coppola. Apoio do Centro de Entretenimento *E o vídeo levou* e curadoria de Tânia Cardoso de Cardoso. Sessões com entrada franca.

VIRGENS SUICIDAS (EUA, 2000, 97 min.), de Sofia Coppola
Sessões: 8 de junho, às 19h; e 11 de junho, às 16h

MARIA ANTONIETA (EUA, 2006, 122 min.), de Sofia Coppola
Sessões: 9 de junho, às 19h; e dia 11, às 19h

ENCONTROS E DESENCONTROS



(EUA, 2003, 101 min.), de Sofia Coppola
Sessões: 10 de junho, às 19h; e 12 de junho, às 16h

CONTOS DE NOVA IORQUE (EUA, 1989, 124 min.), de Martin Scorsese, Woody Allen e Francis Ford Coppola
Sessões: 12 de junho, às 19h; e 30 de junho, às 19h

TUDO O QUE VOCÊ SEMPRE QUISSER SOBRE SEXO (EUA, 1972, 88 min.), de Woody Allen
Sessão: 15 de junho, às 16h
HANNAH E SUAS IRMÃS (EUA, 1986, 102 min.), de Woody Allen
Sessão: 15 de junho, às 19h

PODEROSA AFRODITE (EUA, 1996, 95 min.), de Woody Allen
Sessão: 16 de junho, às 16h

INTERIORES (EUA, 1978, 92 min.), de Woody Allen
Sessão: 16 de junho, às 19h

A OUTRA (EUA, 1988, 81 min.), de Woody Allen
Sessão: 17 de junho, às 19h

MELINDA E MELINDA



(EUA, 2005, 99 min.), de Woody Allen
Sessão: 18 de junho, às 16h

DORMINHOCO (EUA, 1973, 87 min.), de Woody Allen
Sessão: 18 de junho, às 19h

ZELIG (EUA, 1983, 79 min.), de Woody Allen
Sessão: 19 de junho, às 16h

DESCONSTRUINDO HARRY (EUA, 1996, 97 min.), de Woody Allen
Sessão: 19 de junho, às 19h

O SELVAGEM DA MOTOCICLETA (EUA, 1982, 94 min.), de Francis Ford Coppola
Sessão: 22 de junho, às 19h

DRÁCULA DE BRAM STOKER



(EUA, 1992, 130 min.), de Francis Ford Coppola
Sessão: 22 de junho, às 16h

PODEROSO CHEFÃO (EUA, 1972, 175 min.), de Francis Ford Coppola
Sessão: 23 de junho, às 16h

COTTON CLUB (EUA, 1984, 127 min.), de Francis Ford Coppola
Sessões: 23 de junho, às 19h; e 29 de junho, às 19h

PODEROSO CHEFÃO II (EUA, 1974, 200 min.), de Francis Ford Coppola
Sessão: 25 de junho, às 16h

PODEROSO CHEFÃO III (EUA, 1990, 170 min.), de Francis Ford Coppola
Sessão: 26 de junho, às 16h

VIDAS SEM RUMO (EUA, 1983, 170 min.), de Francis Ford Coppola
Sessão: 26 de junho, às 19h; e 30 de junho, às 16h

APOCALYPSE NOW



(EUA, 1979, 202 min.), de Francis Ford Coppola
Sessão: 27 de junho, às 16h

O HOMEM QUE FAZIA CHOVER (EUA, 1997, 134 min.), de Francis Ford Coppola
Sessão: 29 de junho, às 16h

ONDE?

Ceme
Rua Felizardo, 750
Fone: 3308-5836

Depto. Difusão Cultural
Av. Paulo Gama, 110 - mezanino do Salão de Atos
Fones: 3308-3034

Faculdade de Educação
Av. Paulo Gama, s/n.º
Fone: 3308-4160

ILEA
Av. Bento Gonçalves, 9.500 prédio 43.322
Fone: 3308-6941

Livraria Cultura
Av. Túlio de Rose, 80 - loja 302
Fone: 3028-4033

Museu da UFRGS
Av. Osvaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3390

Planetário
Av. Ipiranga, 2.000
Fone: 3308-5384

Sala Fahrion
Av. Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3933

Sala Multimeios do IFCH
Av. Bento Gonçalves, 9.500 prédio A1
Fone: 3308-6835

Sala Qorpo Santo
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-4318

Sala Redenção
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3034

Salão de Atos
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

CURSOS & PALESTRAS

1.ª Semana da Ciência e Espiritualidade na Universidade

Evento de reflexão sobre a produção relacionada à espiritualidade nas diversas áreas do conhecimento. Período: 8 a 13 de junho
Local e horário: Salão de Atos, nos turnos da manhã, tarde e noite
Informações e inscrições: 3308-3735 ou no site www.ufrgs.br/niete

Física e Arte: Podemos aprender mais sobre a Arte Através da Física?

Palestra com o professor da UFRGS Lívio Amaral, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Física, sobre as técnicas para descrever os materiais que compõem os objetos artísticos. Data: 18 de junho
Local e horário: Livraria Cultura, às 19h30min
Entrada franca

Direitos Humanos e as Migrações Contemporâneas no Sul da América

Fórum sobre as práticas de promoção de direitos humanos e cidadania no sul da América. Período: 22 a 24 de junho
Locais e horários: no dia 22, às 14h, no auditório do ILEA; no dia 23, às 14h, na Sala Multimeios do IFCH; e no dia 24, às 14h, no auditório da Igreja Pompéia (Rua Barros Cassal, 220)
Entrada franca

1.º Encontro Estadual de Estudos Medievais

Promoção do Grupo de Trabalho de Estudos Medievais da Associação Nacional de Professores Universitários de História
Período: 23 a 26 de junho
Locais e horários: Câmpus Centro, nos turnos da manhã, tarde e noite
Informações pelo telefone 3308-3933 ou pelo e-mail gtestudosmedievais@gmail.com

TEATRO

Experimento Nelson 2



Espectáculo criado para a disciplina de Atuação II do curso de Teatro, com fragmentos das peças "Vestido de Noiva", "O beijo no asfalto" e "Dorotéia", de Nelson Rodrigues. A apresentação integra o projeto Teatro, Pesquisa e Extensão, com orientação das professoras Cristiane Werlang, Gisela Habeyche e Carmem Lenora Coelho Martins. Apresentações: 3, 10, 17 e 24 de junho (quartas-feiras)
Local e horários: Sala Qorpo Santo, sessões às 12h30min e às 19h30min
Entrada franca

Meu Lugar na UFRGS



FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

Nave dos sonhos

A menina de Bento Gonçalves sonhava em ser astrônoma. Conheceu o Planetário em um passeio escolar à capital e ficou maravilhada com sua cúpula e com tudo o que lá acontecia. Na ocasião, a pequena Sônia pensou: "Um dia ainda trabalharei aqui". Hoje, a diretora de Artes Cênicas Sônia Coppini é a responsável pela criação dos programas infantis do Planetário Professor José Baptista Pereira, função que exerce há mais de trinta anos.

"Meu lugar na UFRGS, na verdade, sempre foi a Universidade, porque vim para Porto Alegre estudar", relata a funcionária, referindo-se ao ano de 1976, quando ingressou no curso de Física. Foi como estagiária que ela começou a trabalhar nesse centro de divulgação da Astronomia, dois anos depois. Paralelamente, prestou vestibular para Artes Cênicas – na época era permitido frequentar mais de uma graduação.

A escolha de cursos tão diferentes partiu de uma inquietude sua: "Eu adoro o tema ciência, assim como o tema artes. Não existe um curso que te dê essas duas coisas, então tento complementar uma com a outra. O Planetário sempre esteve presente, mas também atuei como bailarina, atriz, escritora". Sônia Coppini não chegou a concluir o curso de Física, mas continuou no Planetário a sua ligação com a ciência. Prestou um concurso para agente administrativo do Ministério da Agricultura, quando ainda era estudante, em razão do qual foi cedida à UFRGS em 1982.

Na programação para as crianças, a história é sempre um elemento importante. "O público infantil gosta da narrativa com personagens", explica a servidora. Antes dos programas infantis de ficção criados por Sônia, as sessões não tinham um fio condutor que envolvesse e fascinasse. Hoje, após as exposições, as crianças sempre correm ao redor do prédio agitados. "Isso acontece porque elas entram num universo completamente diferente do que conhecem. É uma hora de sonho, de imaginação e de envolvimento com as estrelas em um local misterioso", diz. A concepção dos programas conta com a parceria do colega ilustrador Dudu Sperber.

Entre os mais de vinte programas que já criou para o Planetário, a diretora de Artes Cênicas lembra aqueles pelos quais tem mais carinho: *O sonho da Ave-do-Paraíso*, *O Desejo de Saiph*, *A máquina de fazer estrelas*, *A nuvenzinha sozinha*, *Lírax & Vegaluz* e o mais recente, *O Planeta Azul*, apresentada há dois anos.

O Planeta Azul concretizou um desejo antigo da autora e da equipe do local: transformar as narrativas dos programas em material impresso para que as crianças pudessem levar para casa um pouco daquilo a que assistiram na sessão. O livro "Mast e o planeta azul", publicado pela Editora da UFRGS em agosto de 2008, conta a história da máquina Planetário Spacemaster, mais conhecido como Mast, em sua viagem pelo tempo e pelo espaço.

Com texto de Sônia Coppini e ilustrações de Dudu Sperber, a edição foi contemplada em abril pelo Plano Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação (MEC) e será distribuída para as 1.ª e 2.ª séries do ensino fundamental da rede pública. Assim, "Mast e o planeta azul", primeira publicação infantil da Editora da Universidade, chegará às mais diversas cidades do país. "Este livro poderá ser distribuído pelo Brasil inteiro, algo que nunca conseguiríamos fazer. Ele vai se movimentar até as crianças, chegar em uma cidadezinha lá do Norte. Isso para nós é uma grande felicidade", afirma. Soma-se a isso o pioneirismo de fazer um livro didático sobre o tema Astronomia, de difícil acesso em língua portuguesa, apesar do interesse do público.

Para a servidora, o seu lugar na UFRGS possui uma arquitetura especial. "Acompanhando essa nave que é o Planetário, tem todo esse verde, as árvores e os pássaros", conclui Sônia. A cúpula onde está localizado o aparelho Spacemaster Zeiss é, na sua opinião, o coração do ambiente. Ali, onde são exibidos seus programas, há espaço para a imaginação e a fantasia, capazes de fazer o público viajar. Sônia considera marcante o retorno desses espectadores quando já estão adultos, e suas novas percepções sobre o local: "Acontece com frequência de as pessoas terem uma lembrança muito carinhosa daqui, baseada no sonho, e, quando voltam, têm um olhar diferente".

Luciane Costa e Caroline da Silva

Esta coluna é resultado de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas de televisão com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET às segundas, terças, quintas e sextas-feiras, a partir das 21h30min.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Uma questão de genética

Lavinia
O que ela queria era entrar na Universidade – e nunca mais saiu

Caroline da Silva

Os dois fatos marcantes da vida de Lavinia Schüller-Faccini estão relacionados com a Universidade. "Tive dois momentos superemocionantes: quando passei no vestibular e entrei na Faculdade de Medicina – que era onde a minha mãe havia estudado – e quando fui contratada pela UFRGS como professora." Filha de professor universitário, a médica e docente de Genética sempre se sentiu parte desta instituição e acha que fez uma "síntese do pai e da mãe", juntando o melhor que enxergava nos dois, as suas profissões.

Família – Donaldo Schüller, referência em literatura e mitologia grega, criou os quatro filhos no bairro Higienópolis. Três deles estudaram na UFRGS: além da mais velha, Lavinia, a segunda herdeira cursou Arquitetura e o caçula, Ciências da Computação. A arquiteta Lívia hoje é esposa de Protásio Paim, responsável pelo Museu de Paleontologia da Universidade. Lavinia, por sua vez, já foi casada com o colega Renato Zamora Flores, e seu atual marido, o geólogo Ubiratan Faccini, também é professor universitário.

Leonardo, o filho de 12 anos de Lavinia, nasceu no Canadá durante o seu pós-doutorado e tem dupla cidadania. A pesquisadora também considera seus os filhos de Bira, que viveram com eles por muito tempo, e enumera com orgulho o interesse dos dois: "Gabriel cursa Realização Audiovisual na Unisinos, e Luciano estuda Música em Curitiba, onde reside a mãe".

Infância – A garota que sempre viveu na Zona Norte da capital interpreta que resolveu o estigma da comparação optando por uma carreira diferente da do ex-patrono da Feira do Livro: "Como meu pai é muito brilhante no que faz, se eu fosse cursar Letras, por mais que adore livros, sempre ia ser a filha do Donaldo, e talvez não tão brilhante". Com pouco mais de dez anos, Lavinia ajudou a confeccionar a tese de doutorado do pai: Aspectos Estruturais da Iliada. "Na época, não existia computador, acho que nem fotocópia. Então, havia aquelas folhas que eram mimeografadas ou qualquer coisa assim que ele tinha posto em bloquinhos, e eu e as minhas irmãs íamos montando os exemplares, colocando as páginas em ordem. Isso me marcou bastante."

Estudante de Medicina – Na sua concepção, o vestibular foi a história da exceção. "Eu era uma moça de princípios, tá?" Seu princípio era a Universidade Federal, não se inscreveu em nenhuma outra faculdade de Medicina além da UFRGS e não fez cursinho porque achava um absurdo, era contra. Imaginava que não fosse passar aos 17 anos, que teria mais um período



FLÁVIO DUTRA/PROJETO CONTATO

O culpado por seu namoro com Francisco Salzano, que foi seu professor na faculdade

para se preparar e decidir se queria Física ou Medicina. Lavinia recorda da sensação que sentiu no seu primeiro dia de aula no Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS): "Entre por aquela porta, tinha aquele hall maravilhoso..., juro que disse pra mim mesma: 'Daqui eu nunca mais saio!'".

Docente – "Pai, agora somos colegas, estamos na mesma firma, temos o mesmo patrão", foi a brincadeira que fez com o professor Donaldo Schüller, que ainda não tinha se aposentado quando ela entrou no Departamento de Genética. "Depois de ter assinado o contrato, me deu uma sensação de felicidade tão grande, tão grande..."

"Minha profissão é professora universitária. Em algumas situações, como o registro em hotéis, digo que sou médica, porque causa mais impressão", responde a pesquisadora de Genética, que não chegou a se especializar em Medicina, indo direto ao mestrado. Na época, não existia residência em Genética Clínica. Anos mais tarde, quando foi regulamentada a especialidade, recebeu o título.

Ciência – Lavinia foi monitora da disciplina de Genética e começou uma bolsa de Iniciação Científica do CNPq, auxiliando o professor Salzano em suas pesquisas de genética de populações indígenas. "Quem criou a Genética Médica aqui no Rio Grande do Sul de uma maneira clínica, dentro do HCPA, foi o professor Roberto Giugliani, que chegou aqui quando eu terminava Medicina."

Por muitos anos, Lavinia trabalhou na equipe organizadora do Salão de Iniciação Científica: "Foi a IC que me colocou na carreira científica". A professora relata que sempre teve fascínio pelo universo do conhecimento e não queria somente fazer pesquisa, mas compartilhar a ideia encantadora de ter um lugar em que pessoas pensam de maneira diversa diferentes problemas, em busca de soluções que façam sentido não só à ciência, mas para a comunidade – "aí entra a extensão". O Serviço de Informações sobre Agentes Teratogênicos (SIAT) é um projeto de extensão que criou em agosto de 1990 para esclarecer as gestantes e seus médicos sobre as substâncias que trazem risco à gravidez.

Lavinia considerou uma grata surpresa o convite para ser perfilada pelo JU. No entanto, apesar de ainda não ter 50 anos, diversos aspectos não couberam nessa entrevista: por que pediu demissão da USP, seu envolvimento com as novas graduações da UFRGS, sua visão da sala de aula, as participações em reuniões da ONU, os desafios da carreira, a paixão por cinema e pelo Colorado, e a conclusão acertada da Universidade como seu projeto de vida.



Lavoura seca

A face oculta da celulose

TEXTO E FOTOS **EDUARDO SEIDL**



As empresas de celulose chegaram ao Rio Grande do Sul no início da década como a solução para a pobreza da Região Sul do estado. Com promessas de geração de emprego, desenvolvimento, enriquecimento para todos e apoio governamental irrestrito, as lavouras de madeira cresceram com a mesma rapidez e irresponsabilidade das licenças ambientais.

Patrocinando quantidade de meios de comunicação, as empresas de celulose blindaram pautas positivas. A estratégia estava bem armada até serem surpreendidas pela quebra do jogo econômico no qual se sustentavam.

As experiências do vizinho Uruguai não serviram de exemplo. A paisagem do pampa e as práticas econômicas mudaram. Produtores rurais trocaram rebanhos e lavouras de alimento pelas fileiras de árvores exó-

ticas. O arrependimento atinge boa parte dessa população. As perdas pós-crise comprometem metas de produção e preços da matéria-prima para celulose. A biodiversidade já está ameaçada. Em alguns lugares do estado, areais se multiplicam. A desertificação do pampa já está em processo. O que fazer com hectares de tocos de eucalipto em terras secas? A retomada das tradicionais produções não receberá os subsídios e incentivos que teve o plantio de eucaliptos.

Com exceção das mulheres da Via Campesina, que nos últimos três anos, no Dia da Mulher, passam cercas e promovem derubadas para chamar a atenção da sociedade, pouco se fala das consequências desta cultura. A intensidade da afiada seca pode não ser só resultado da falta de chuvas. A proliferação de tantas gripes e febres pode não ser só culpa do porco.



EDUARDO SEIDL

É FOTÓGRAFO DO CORREIO DO POVO E FAZ UM TRABALHO DE DOCUMENTÁRIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS